



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

SARA MIRANDA DE ABREU COELHO

CLASSE MÉDIA NO BRASIL: Formação histórica e particularidades ideológicas

Brasília – DF
2019



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

SARA MIRANDA DE ABREU COELHO

CLASSE MÉDIA NO BRASIL: Formação histórica e particularidades ideológicas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Camila Potyara Pereira.

Brasília
2019



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

FOLHA DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **CLASSE MÉDIA NO BRASIL: Formação histórica e particularidades ideológicas**, de autoria da graduanda SARA MIRANDA DE ABREU COELHO defendida e aprovada em _____ pela banca examinadora constituída pelos seguintes examinadores:

Prof^a. Dr^a Camila Potyara Pereira (orientadora)

Prof^a Dr^a Mariléia Goin

João Pedro Pereira de Queiroz

AGRADECIMENTOS

Às mulheres da minha vida e a força que delas emana. Inicialmente, à minha vó Zeneide, matriarca da família e meu pilar, pelo seu apoio incondicional. À minha mãe, Michele, por não desistir de construir nossa história. À minha tia, Rochelle, pela ajuda e esforço na minha criação. À minha irmã, Ingrid, meu maior exemplo; por nunca soltar da minha mão, mesmo estando longe fisicamente. Ao meu amigo e cunhado, Marcos, pela companhia e pelo investimento, obrigada por me proporcionar, junto à minha irmã, experiências que eu não conseguiria viver sozinha. Ao Paulo, pai que a vida me trouxe, pelo carinho e conversas. À Nucita, minha gata e filha, e à Alice, minha tia versão canina, pela companhia e por nunca me deixarem sozinha nesse processo.

Às minhas amigas mais antigas: Marina e Thais, por me acompanharem desde a infância e por se fazerem presentes mesmo com a distância. Às minhas melhores amigas: Amanda e Carina. À Amanda; minha professora de português preferida; por todas as conversas e por ter corrigido muito dos meus textos e, assim, ter me ajudado a melhorar minha escrita. À Carina, a mais incrível das cientistas sociais, pelo apoio e pelos debates, obrigada por compartilhar comigo o mesmo amor por assuntos políticos.

Aos meus amigos, Lucas e Igor, que chegaram com o estágio e hoje caminham comigo. Obrigada pelas caronas e pelos lanches pagos. Um agradecimento especial ao Lucas por me ajudar nessa pesquisa, por ler meus capítulos e pela indicação de leituras.

Às minhas amigas de curso, pelos 4 anos de companheirismo, por todos os trabalhos feitos sem passar por perrengue e pelas conversas. Obrigada por construírem a graduação junto a mim.

Ao curso de Serviço Social, por ter transformado minha vida e fortalecido minha visão de mundo. Por me fazer entender as contradições existentes e apoiar as pautas corretas. Foi somente nesse curso que eu consegui me entender enquanto um ser político e, assim, me sentir 100% orgulhosa da minha história. Por me apresentar o marxismo e a criticidade para ir contra alienação que está posta, pautando uma sociedade sem exploração.

À minha orientadora Camila, pelas indicações e correções nessa pesquisa, mas também por ter feito me apaixonar pelo marxismo, na matéria de Trabalho e Sociabilidade; no meu segundo semestre. Obrigada pela didática e por ter me feito aprender de verdade.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a formação e o desenvolvimento da classe média no Brasil e compreender os determinantes que estimulam os sujeitos a se identificarem como seus membros, a fim de compreender os aspectos e princípios envolvidos na estruturação da atual classe média brasileira e a ausência de consciência de classe desse grupo. A hipótese inicial sustentava-se na não existência de critérios que definisse essa parcela, para além de pensa-la como classe de transição, situada entre ricos e pobres. Tal configuração muda, passando por modificações em meados de 2008, quando o *status* de nova classe média passa a ser legitimado e reproduzido, espreado-se conjuntamente com a lógica de dominação burguesa, contribuindo para o não reconhecimento de classe dessa parcela. Para além dos fatores óbvios como vida estável, casa e carro próprio, renda satisfatória e acesso ao lazer, pressupõe-se que os critérios de pertencimento estão muito mais ligados a uma ideia meritocrática, de ascensão social e afastamento da pobreza e da classe trabalhadora do que qualquer outro fator objetivo elencado acima. Pontos esses confirmados a partir da realização desta pesquisa de natureza bibliográfica e norteada pelo método materialista dialético. Encontrou-se no processo que tal classe ainda carrega consigo seu passado escravocrata e que isso se fortaleceu junto ao processo ditatorial vivido no Brasil, seu papel de agente da dominação burguesa, diante do medo da perda de seus privilégios ligados aos bens de consumo, resultando em atitudes baseadas no ódio à pobreza e ao pobre, o racismo, a LBGTQ+fobia, o machismo e outras opressões.

Palavras-chave: classe média; ideologia burguesa; nova classe média.

ABSTRACT

This work aims to analyze the formation and development of the middle class in Brazil and to comprehend what drives people to identify themselves as members, hoping to comprehend the aspects and main factors in structuring the present Brazilian middle class and the absence of class consciousness in this group. The initial hypothesis were based in the lack of criteria that defined this group, beyond thinking of it as a transition class, in between rich and poor. This context switches, going through changes in 2008, when the status of a new middle class starts to be legitimized and reproduced, spreading with the bourgeois domination logic, contributing to lack of belonging in this class. Beyond obvious factors such as stable life, housing, owning cars, satisfactory income and access to leisure, it is assumed that the criteria for not belonging are closely related to the idea of meritocracy, social ascension and distance from poverty and the working class than any other factor listed before. These points were confirmed from the bibliographic research and guided by the dialectical materialist method. It was found in the process that this class brings an enslaver past which got stronger in the dictatorial context of Brazil, its role as agent of bourgeois domination, in the face of fear of losing privileges tied to consumer goods, resulting in actions based on hatred to poverty and to poor people, racism, LGBTQ+ phobia, sexism and other forms of oppression.

Key words: middle class; bourgeois ideology; new middle class.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 - ORIGENS HISTÓRICAS E A IDEACÃO DA CLASSE MÉDIA	16
CAPÍTULO 2 – BURGUESIA, CLASSE TRABALHADORA E A CLASSE MÉDIA: DEFINIÇÕES E IDEOLOGIAS.....	27
CAPÍTULO 3 - O PROCESSO IDEOLÓGICO CONSTITUTIVO DA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA A PARTIR DO GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52

INTRODUÇÃO

Recém-chegada em Brasília, me deparo com uma realidade totalmente diferente vivida por mim durante 18 anos. Já esperava outras interpretações da vida cotidiana, outros sotaques, maneiras diferentes de se relacionar, mas nada me impactou mais do que a lógica *concurseira* e o ávido desejo de ascensão social que pairava pelo ar brasileiro. Primeiro fiquei assustada, depois angustiada e logo, felizmente, fiquei curiosa em entender o porquê daquele pensamento. Acho importante ressaltar, que a lógica territorial do Distrito Federal, para mim, sempre se fez muito confusa e obviamente muito excludente. Então, quando aqui cito Brasília, falo pelo todo, pelo Distrito Federal em si, de todas as periferias para além das Asas. Minha vivência cearense nunca me permitiu pensar diferente em relação a isso.

Pouquíssimo tempo depois da minha chegada, tenho o privilégio de adentrar na universidade e, junto a ela, tenho a experiência de conhecer e viver um dos lugares mais estranhos em que já tinha pisado. A Universidade de Brasília foi, para mim, uma das maiores representações da cidade, muito seca e envolta de concreto, com uma classe média muito sólida e felizmente alguma vivacidade vinda das periferias; essas que, em tese, nem como ‘Brasília’ deveriam ser consideradas. Foi dentro da universidade, que comecei a observar situações desse grupo social (a classe média), que de fato instigaram minha curiosidade para estudar.

Por mais que minha leitura de mundo sempre se direcione pela contradição entre classe trabalhadora *versus* burguesia, entender a classe média e os fatores que influenciam os indivíduos a se identificarem como pertencentes a ela, só essa questão e suas ramificações, não me contemplavam inteiramente. A ideia em si, elucida muitos dos fatores como a não tomada de consciência ou aspectos alienantes colocados pela sociedade e pelo sistema capitalista em si. Mas essa classe ou esse grupo social vai para além disso, e temos visto que para ser considerado classe média existem muitos outros fatores envolvidos como características morais, culturais, simbólicas, que se estendem para muito além da ideia de classe alienada ou sem consciência para si ou muito menos em si.

Para mim, ter realizado essa análise serviu para explicar pontos ainda soltos em minha percepção e que ainda não tinha tido oportunidade de refletir de forma mais crítica, já que a maioria dos trabalhos que tinha encontrado sobre tal temática, buscavam explorar os movimentos que originavam e estabeleciam a classe média brasileira e seu comportamento atual, mas eles não buscavam identificar os fatores que influenciavam a não identificação de

trabalhadores com a classe trabalhadora, não buscavam uma leitura crítica quanto a isso e acabavam então, esquecendo as consequências que estavam sendo geradas para o atual cenário brasileiro, como a grande apatia política e dificuldade de formular um pensamento próprio e minimante crítico.

A classe média hoje é composta por boa parte da população: desde 2008, de acordo com Neri (2008) ela vem abrangendo o que era designado por classe C no Brasil, que está ligado diretamente com o consumo e trabalho assalariado:

O que é ser de Classe C? computador, celular, carro, casa financiada, crédito em geral e produtivo em particular, conta-própria e empregadores, contribuição previdenciária complementar, se sairmos daquelas iniciadas com C temos ainda diploma universitário, escola privada plano de saúde, seguro de vida. Mas de todas, a volta da carteira de trabalho talvez seja o elemento mais representativo de ressurgimento de uma nova classe média brasileira. (NERI, 2008, p. 39).

Basicamente, buscaram uma nova designação para “acolher” a classe trabalhadora, mas carregado de eufemismo. Enquanto esses sujeitos fazem a roda do sistema girar e, antigamente, eram taxados como pobre e trabalhadores, agora eles recebem o título de classe média, uma contrapartida/recompensa da sua exploração diária. Então, a lógica de afastar o/a trabalhador/a de ser ver como pertencente a uma classe é visivelmente proposital, não é necessário muito esforço para perceber isso.

A classe média não consegue se perceber como parcela partícipe da classe trabalhadora e isso afeta diretamente o movimento político brasileiro e a categoria de Assistentes Sociais. Essa classe que, por muito tempo, não possuía muitas delimitações, acabou se delimitando muito bem e hoje influencia a movimentação política nacional de uma forma única. No início, se mostrou meio tímida e aparentemente despreziosa e “alienada”, mas hoje vem se mostrando uma grande aliada para reforçar ideias conservadoras e de cunho neoliberal e neoconservador, ou seja Nova Direita. Isso porque, quanto mais distante da classe trabalhadora se está, mais suscetível encontra-se da lógica de pensamento burguês.

Logo, contribuir para a análise da formação e do desenvolvimento dessa classe e assim buscar compreender os determinantes que estimulam a identificação dos sujeitos nessa parcela se faz de extrema importância para conseguir entender o movimento societário atual de forma mais transparente e objetiva. Acredita-se que é imprescindível tornar essa análise válida também para a categoria de Assistente Sociais, tendo em vistas nosso compromisso com a classe trabalhadora e suas pautas. Entender a classe média, nada mais é que entender uma

parcela/grupo que é a classe trabalhadora, já que esta vive do seu salário e vende sua força de trabalho como qualquer outra pessoa pertencente a tal classe.

Assim, considerou-se importante a realização desta pesquisa que, para além de explorar os movimentos que originaram e estabeleceram essa classe média, procurou identificar os fatores que influenciam a falta de consciência de classe e entender suas características morais, culturais, simbólicas. Esta pesquisa serviu também como munição para a função educativa da profissão e que em muito é deixada de lado. Ser Assistente Social é informar e trabalhar com os/as usuários/as seus direitos, mas, também, seus papéis como agentes políticos para que estes possam compreender, dentro de suas capacidades, o movimento societário que os rodeiam e que propicia o sistema injusto e exploratório que está posto. Por isso, melhorar nosso exercício profissional no que tange nossa dimensão sócio-educativa e, assim, nosso atendimento está diretamente ligado com a busca de um novo horizonte, sem exploração para os sujeitos que compõem a classe trabalhadora, incluindo nós mesmos. Essa é e continua sendo minha maior paixão pelo curso e um dos maiores motivos para desenvolver este Trabalho de Conclusão de Curso.

Problematização do Objeto

A movimentação em torno do que se entende como classe média brasileira não é a mesma há mais de 10 anos. A classe que, até então, era conhecida por seu caráter transitório, passa a ter uma real visibilidade e importância com o governo Lula (2003-2011). Essa classe ganha uma nova “composição estatística”, com a pesquisa realizada por Marcelo Neri intitulada “A Nova Classe Média”. Neri (2008) afirma que a pesquisa servirá para que exista a definição e quantificação da nova classe média brasileira, mas logo salienta que a tal novidade já é conhecida, pois outrora essa mesma parcela era conhecida como classe C, afirmando, assim, que a nova classe média se configura pelos domicílios com renda entre 1.604 reais e 4.591 reais por mês.

A renda da aqui chamada nova classe média, configurada pelo grupo de Classe C vai da mediana de renda de todo período até a linha que separa os 10% mais ricos do resto da população. Em termos per capita isto corresponde a faixa de 214 reais a 923 reais por pessoa mês. Em termos de renda domiciliar total de todas as fontes a Classe C está compreendida no intervalo entre 1064 reais a 4591 reais por mês. Este é o intervalo da Classe média que ocupa o centro da presente análise. (NERI, 2008, p. 26).

Neri (2008) também afirma que ainda existem mais duas classes subsequentes, que seriam A e B. As pessoas pertencentes a essas classes, deveriam ter domicílios que possuíssem

o limite superior à classe média, ou seja, que possuísem um limite superior ao de 4.591 reais por mês, no ano de 2008. Então, para Neri (2008) qualquer domicílio com renda superior a esse valor já estaria no grupo de elite do país, podendo assim, se considerar como tal.

A motivação para a realização da pesquisa feita em 2008 está pautada em uma dita nova caracterização da realidade brasileira, graças à redução visível da desigualdade e uma volta do crescimento pelas mãos dessa nova classe média. Discurso esse carregado de problemas e eufemismo para um assunto mais conhecido como superexploração da força de trabalho, já elucidado por Ruy Mauro Marini (1973) e também que envolve flexibilização, terceirização e novas facetas do mundo do trabalho também dito por outros autores, como Ricardo Antunes (2014) e Márcio Pochmann (2015).

Certamente, o maior imbróglio advindo do discurso proposto por Neri (2008), para além do texto como um todo, é justamente essa proposta mal construída sem nenhuma capacidade de estabelecer uma análise conjuntural de fato. Apesar de salientar que isso seria apenas uma composição estatística, o autor afirma e coloca a responsabilidade do crescimento brasileiro na exploração indiscriminada da força de trabalho e dá como contrapartida a acessão social meritocrática, como forma de recompensa por todo o trabalho prestado.

Quando Neri (2008) afirma que classes A e B são tidas como as classes de elite no Brasil, não fica explicitado o que separa a classe C destas outras classes. Logo, o indivíduo só precisaria ultrapassar aquele teto mensal apresentado acima para ser partícipe delas, ação essa que não ocorre em uma movimentação tão fácil, se considerar a existência dos meios produção. Dando a entender que essa população poderia vir a habitar a elite brasileira. Ele faz isso sem nenhum pudor, sem levar em conta os verdadeiros detentores dos meios de produção existente, as verdadeiras classes A e B.

O ponto em que devemos nos alertar está exatamente aí. Em uma sociedade com um modo de produção tão alienante e exploratório, a lógica de pensamento burguesa perpassa até os mais ínfimos espaços e se alastra, torna-se regra. Segundo Poulantzas,

Com efeito, negando a especificidade de classes desses conjuntos assalariados, e diluindo-os na burguesia e no proletariado, isto é, prendendo-nos à imagem “dualista” da sociedade que com frequência, erroneamente, associamos ao marxismo, chegamos precisamente a uma dissolução dos conceitos de burguesia e de classe operária, e a uma negação da luta de classes. (POULANTZAS, 1975, p. 212).

Teríamos então, a classe média como uma parcela transitória e até um pouco perdida levando em conta esse olhar “dualista”. Tais atitudes são resultado dos acontecimentos vividos

nesses últimos 10 anos e da lógica incorporada por uma boa parte da população brasileira diante dessa movimentação. Essa dinâmica resultou em enormes avanços neoliberais e neoconservadores, sendo um deles o aumento do ódio aos visivelmente mais pobres e à classe trabalhadora. Assim, a classe média acabou criando suas próprias características morais, culturais, simbólicas, comportamentais; estando sempre ancoradas em uma lógica meritocrática de progresso que, de acordo com Chauí (2008), a ideologia burguesa que perpassa todas as esferas societárias, tenta explicar sua história pela ideia do progresso, sempre indo de uma lógica que segue um crescimento do melhor para o superior.

Independente de velha ou nova, a classe média está muito mais distante da elite do que é afirmado por Neri (2008), pois, o que de fato separa uma da outra são os meios de produção que são detidos pela burguesia. A ideia de que a classe média estaria separada da classe trabalhadora apenas pela consciência de classe, atualmente não é suficiente para explicar por si só a atual organização e comportamento desta. Apesar disso, é válido pontuar que o processo de alienação causado pela ideologia imposta não é um erro, muito pelo contrário, é um processo muito bem orquestrado, justamente para que as classes e as lutas sociais sejam vistas muito mais como objeto científico do que resultado da ação humana (CHAUÍ, 2008). Porém, existem de fato outros pontos que circundam e alimentam a ideia de não reconhecimento de classe. A busca por esses aspectos e pelo entendimento dos movimentos que originaram e estabeleceram esta classe são um dos pontos fundamentais para o andamento do projeto proposto, já que, quando tocado no espectro da classe média, a ideia de consciência de classe acaba tornando-se fraca e vazia, quase incompatível com a ideia difundida por este grupo. Logo, o conceito de identidade de classe seria um termo muito mais apropriado para entender o movimento atual existente:

Como as identidades de classe não são vistas somente como consequências das condições econômicas, mas também enquanto reivindicações de pertencimento a grupos sociais, não seria possível afirmar que um indivíduo não é “consciente” de sua posição, ou que ele possui uma consciência falsa, equivocada, ou, ainda uma percepção “distorcida” de sua verdadeira localização social. (...) Nesse sentido a identidade de classe de um indivíduo não seria um reconhecimento – correto ou errôneo – de sua “verdadeira” posição. Tratar-se-ia, na verdade, de uma maneira de se diferenciar ou aproximar de outros, um modo de afirmar a que classe de indivíduos gostariam de estar próximo, e das qual pretendariam se distinguir. (SALATA, 2016, p. 114).

Obviamente, que a ideia aqui não é entender a classe média como grupo social que adota um sistema de identidade de classe. Na verdade, é entender porque esta classe sente-se mais à vontade criando uma identidade própria do que pertencendo a uma classe já existente e

com princípios tão simples, adotando aqui então que todo sujeito que vende sua força de trabalho e depende do seu salário para viver, constitui-se enquanto classe trabalhadora.

Aí se estabelece a real problemática, não deveria existir tamanha dificuldade em se ver como classe trabalhadora. O problema deveria ser a exploração existente por trás do emprego, mas não em se entende como trabalhador. Se vendemos nossa força de trabalho, somos então trabalhadores, mas também não podemos esquecer o trabalho como categoria inerente ao ser humano. Segundo Marx:

O trabalho, é antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e contra seu metabolismo na natureza (...) Um incomensurável intervalo de tempo separa o estágio em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor da sua própria força de trabalho daquele em que o trabalho humano ainda não se desvincilhou de sua forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. (MARX, 2017, p. 255).

Não podemos olhar unicamente o trabalho como postos de emprego e nos individualizarmos como profissão. Devemos buscar uma lógica que vá para além da ótica individualista. Já que é perceptível a existência de projeto de distanciamento que já vem sendo alimentado por anos, que vem gerando consequências reais e preocupantes, no enfraquecimento da luta como classe unificada, dificultando, assim, a busca por um horizonte diferente do que este que está posto.

Para além disso, não conseguir delimitar as reais intenções ou o movimento feito pela classe média ou, pelo menos, observar quem de fato se entender assim, dificulta análises mais certeiras sobre a atual conjuntura brasileira, algo necessário em nosso atual momento. A partir disso, tem-se, como objeto de pesquisa: os aspectos e princípios envolvidos na estruturação da atual classe média, que implicam na ausência de consciência de classe desse grupo. E a questão de partida coloca-se como: quais critérios definem a classe média brasileira e influenciam indivíduos a se identificarem como pertencentes a ela?

O objetivo geral proposto foi: “Analisar a formação e desenvolvimento da classe média no Brasil e compreender os determinantes que estimulam os sujeitos a se identificarem como seus membros” e os Objetivos Específicos: 1) Explorar os movimentos que originaram e estabeleceram a Classe Média brasileira; 2) Identificar os fatores que influenciam a não identificação de trabalhadores com a classe trabalhadora; 3) Entender como o termo *classe média*, no contexto brasileiro, ultrapassou sua concepção econômica para se tornar definição

de um grupo social com características morais, culturais, simbólicas, e comportamentais próprias.

A hipótese inicial foi de que acredita-se que, por muito tempo, não existiam critérios que definissem a classe média brasileira, para além de pensá-la como classe de transição, situada entre ricos e pobres. Esse caráter passa por modificações em meados de 2008, quando o *status* de nova classe média passa a ser legitimado e reproduzido, espalhando-se conjuntamente com a lógica de dominação burguesa, contribuindo para o não reconhecimento de classe dessa parcela. Para além dos fatores óbvios como vida estável, casa e carro próprio, renda satisfatória e acesso ao lazer, pressupõe-se que os critérios de pertencimento estão muito mais ligados a uma ideia meritocrática, ascensão social e afastamento da pobreza e da classe trabalhadora do que qualquer outro fator objetivo elencado acima.

A metodologia utilizada para a realização da pesquisa norteou-se pelo método materialista dialético, método instituído por Karl Marx. Após anos observando o movimento da sociedade, Marx chega ao seu objeto de estudo, que é analisar a sociedade capitalista e as categorias que constituem a articulação interna desta. A partir disso, inicia suas pesquisas partindo criticamente do que estava posto, sem intenções de pautar uma dita “neutralidade”, já que este direcionou os resultados dos seus achados para contribuir com os trabalhadores e com a revolução socialista (NETTO, 2011). Sendo assim, não poderia dialogar com a lógica de que existe neutralidade nas ciências, já que isso seria impossível, pois as pesquisas sociais partem de um determinado espaço e realidade que rege a forma de pensar o mundo e a nossa inserção nele.

A existência de neutralidade e da objetividade é um ponto importante pois, para Marx, o sujeito deve ter papel ativo ao realizar sua pesquisa, pois é papel deste abstrair o que está posto e ser capaz de reconstruir tal fato de forma crítica. Absorver apenas o aparente não é suficiente para ele, é preciso ser crítico, criativo e ter capacidade de revisar o que foi pesquisado. O papel do pesquisador é primordial para que ocorra a pesquisa, porque ele afirma que o objeto continuará a existir independente do pesquisador, mas é só a partir do processo iniciado por este, que será possível abstrair o todo e captar a essência do objeto escolhido.

O método, então, visa observar e estudar o objeto de forma dinâmica, buscando abstrair o que está aparente e apreender o concreto e o real por trás dele, mas sem a existência de imposições de receitas prontas, com regras a serem seguidas. Netto (2011) afirma que Marx não opera com definições,

Para Marx, o método não é um conjunto de regras formais que se “aplicam” a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para “enquadrar” o seu objeto de investigação. Recordemos a passagem de Lênin que citamos: Marx não nos entregou uma Lógica, deu-nos a lógica d’O capital. Isto quer dizer que Marx não nos apresentou o que “pensava” do capital: ele nos descobriu a estrutura e a dinâmica reais do capital; não lhe “atribuiu” ou “imputou” uma lógica: extraiu da efetividade do movimento do capital a sua (própria, imanente ao capital) lógica – numa palavra, deu-nos a teoria do capital: a reprodução ideal do seu movimento real. (...) O método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações. (NETTO, 2011, pg. 52-53).

Um dos pontos importantes sobre a pesquisa proposta, é o olhar dado aos processos sociais. Estes foram considerados em sua totalidade, entendendo que tal é um processo de unidade. “Para Marx, a sociedade burguesa é uma totalidade concreta. Não é um “todo” constituído por “partes” funcionalmente integradas” (NETTO, 2011, p. 56). Sendo assim, não é possível observá-la como um processo fragmentado, só podendo ser olhado na qualidade de uma totalidade em sua complexidade contraditória. “A realidade é concreta exatamente por isto, por ser “a síntese de muitas determinações”, a “unidade do diverso” que é própria de toda totalidade.” (NETTO, 2011, p. 44).

Logo, essa pesquisa partiu da análise do objeto inserido em uma totalidade complexa, em que as classes sociais serão consideradas como parte de um processo político, econômico, social e histórico que está ligado diretamente com o nascimento do capitalismo, estando então, estruturadas por tal sistema e tendo papéis estruturantes para que continue ocorrendo a reprodução social por meio deste. Mostrando então, o papel fundamental da classe média nesse modo de produção, analisando a totalidade complexa em que está imersa, explorando as suas contradições internas.

Esta pesquisa foi realizada a caráter bibliográfico, sendo utilizados como fontes: livros, artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses especializadas nesse debate. Como se trata de uma pesquisa teórica e conceitual, foi buscado em repositórios e bancos de dados, pesquisas que conversem com o tema, sendo utilizadas palavras-chave como classe média; nova direita; ideologia burguesa; nova classe média, com o intuito de afinar e dialogar com pesquisas já existente, que possam vir a colaborar com o tema da pesquisa proposta.

CAPÍTULO 1 - ORIGENS HISTÓRICAS E A IDEACÃO DA CLASSE MÉDIA

Entendendo a história como um processo dialético, vi no passado o lugar ideal para iniciar meu debate desse presente momento. Para conseguir compreender o desenho e a delimitação do que conhecemos por classe média, atualmente, torna-se primordial entender a nossa formação social como país. Percebi então, que fazer um apanhado histórico não se tornava importante somente para trazer os elementos que já ocorreram e que podiam ser pontuados como importantes marcos, mas também por que me serviria de apoio para uma análise comparativa. É a partir do passado que se compreende o presente e pode-se imaginar o futuro. Assim, o estudo histórico tem a capacidade de auxiliar na busca por respostas para algumas indagações-chave desta pesquisa, como: quais foram movimentos que originaram e estabeleceram a Classe Média brasileira?

A ideia inicial, contudo, não é fazer uma grande retomada histórica do Brasil; não narrarei a retirada das terras das mãos dos povos indígenas, por exemplo, mas creio que é necessário que o debate se inicie o mais próximo da lógica de “liberdade” ainda na época do império. Isso porque um dos grandes valores buscados nos dias atuais é exatamente este, a liberdade. Porém, qual liberdade é esta que hoje está sendo pregada? Ou melhor, que liberdade era essa que era defendida antigamente? Será que ela não foi sempre moldada por uma classe dominante, cerceando uma outra parcela, marginalizada?

A história do país já é muito debatida na academia e com esse debate, são desnudados toda a extrema violência e os genocídios contra povos tradicionais e negros, inicialmente escravizados e ainda hoje massacrados. De acordo Mbembe (2014),

Homens e mulheres originários da África foram transformados em homens-objetos, homens-mercadoria, homens-moedas. Aprisionados no calabouço das aparências, passaram a pertencer a outros, que se puseram hostilmente a seu cargo, deixando assim de ter nome ou língua própria. Apesar de a sua vida e o seu trabalho serem a partir de então a vida e o trabalho dos outros, com quem estavam condenados a viver, mas com quem era interdito ter relações co-humanas, eles não deixaram de ser sujeitos ativos. (p. 12)

Dessa maneira, já são conhecidas as condições que foram impostas à população negra no rumo de sua história. Sendo marcada pelo apagamento de suas crenças e culturas, famílias inteiras experimentaram e ainda experimentam todos os tipos de violências que um povo pode sofrer. Mas com a formação da Classe Média? Bem, é quase impossível falar sobre sua formação sem interligar esses pontos inicialmente. As ações sofridas por indígenas e pelo povo negro foram norteadoras para o que vemos atualmente, principalmente o cerceamento da

liberdade dessas pessoas e a não mobilidade destas na sociedade burguesa. Isso contribuiu, obviamente, para a criação de estigmas e preconceitos, mas também para uma maior segregação da classe trabalhadora, majoritariamente composta, no Brasil, por negros. Como já são muito conhecidas as injustiças proferidas contra essa parcela, prefiro iniciar pontuando uma das ações mais eficientes no que se refere à marginalização pós-abolição, a demolição dos cortiços, para depois voltar e focar na desresponsabilização estatal de fato.

De acordo com Chalhoub (1996), os cortiços do Rio de Janeiro tinham um significado muito mais profundo do que se constituir somente como meras moradias; eles foram símbolos para e da população negra e assim, tornam-se primordiais para entender a delimitação de marginalização geográfica na qual esse povo foi confinado e para compreendermos a censura ao direito à cidade. Importante destacar que esta marginalização espacial foi uma escolha política, já que seu processo é resultante da decisão de poderosos pela retirada dos cortiços do centro da cidade, em uma tentativa de “limpar”, higienizar, as áreas centrais. É importante pontuar, que diante das situações sofridas anteriormente, a marginalização geográfica torna-se algo mínimo, mas ainda assim importante para entender os espaços destinados a cada segmento social e as consequências disso para os direitos mais básicos, incluindo de ir e vir, de grupos inteiros.

Assim, isso marca a transferência das pessoas negras de qualquer espaço central para espaços periféricos, à margem da cidade, mas a ideia estaria para além da demolição dos cortiços, pois estaria interligada com a desarticulação da memória dos movimentos sociais urbanos. Isso porque, apesar de toda a violência sofrida, a população negra continuava a resistir e a se organizar. Então, a destruição dos cortiços significava não só uma forma física de destruição, mas também uma maneira simbólica de atacar a luta dos povos negros da corte contra o ainda presente processo de escravidão das últimas décadas do século XIX. Buscava-se, por meio dessas medidas, a apatia e a alienação, mediante o apagamento da história desse povo e dessa luta, tentando banir do imaginário popular a existência de espaços predominante negros em localidades privilegiadas. Para tanto, a estes espaços foram atribuídos valores negativos, como “antro” de crimes, transgressões de costumes e foco de vícios (CHALHOUB, 1996).

É interessante ressaltar que a destruição dos cortiços também revoltou as pessoas brancas donas das propriedades. Elas tinham ali sua fonte de renda, e praticavam certo grau de exploração, já que os cortiços eram um dos únicos locais nos quais as pessoas negras podiam

habitar. Dessa maneira, não eram porque os cortiços se constituam como símbolos de resistência negra, que também não se configuravam como espaços insalubres e contraditórios. Logo, “cortiço” passou a ter muitos significados, era utilizado para estigmatizar habitações coletivas, era lido como um espaço de organização de movimentos sociais urbanos, porém também se caracterizava como propriedade privada de alguém, um alguém branco, que diante das condições sociohistóricas impostas, possuía grandes chances de ter seu pensamento alinhado aos das mesmas pessoas que buscavam demolir os cortiços, apesar de serem proprietárias e lucrarem com eles. Apesar de contraditório, não é algo muito diferente do que é visto atualmente, considerando que o ideário burguês é construído para ser dominante e conseguir se alastrar em todas as esferas da vida, incluindo os pensamentos daqueles que não chegam nem perto de possuírem as condições burguesas de reprodução social.

Todo esse cenário ergue-se no pós-abolição, com a chegada da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888. Com isso, a população negra passou a lidar com estigmas para além da escravidão. Por exemplo, passaram também a ser consideradas como “classes pobres” / “classes perigosas”, a partir da instauração do debate sobre a dicotomia trabalho *versus* ociosidade. Essas pessoas, antes escravizadas, passaram a viver por si, contribuindo para a falência do significado social da escravidão como instituição e assim, da continuidade dela (CHALHOUB, 1996). Esse movimento trouxe à tona a discussão entre a diferença de trabalho servil e trabalho livre. A população branca recusava-se a empregar, pagando um salário, aqueles que antes eram tidos como sua propriedade. Além disso, o pavor da ameaça de constituição de uma classe média negra, fez com que muitos brancos negassem trabalho assalariado a este segmento populacional. Isso expõe o racismo que permeava muitas decisões políticas e sociais e desnuda que, em nosso país, a exploração e a subjugação do outro referia-se mais à raça do que à classe social.

Então, com a lógica do trabalho livre, o estigma da pobreza e do perigo voltaram-se à população negra. De acordo com Chalhoub (1996) a definição para “classes pobres” / “classes perigosas” surge na Inglaterra na metade do século XIX com a escritora Mary Carpenter para se referir a crianças em situação de rua, tendo no início, seu uso de forma restrita. Já no Brasil,

vamos encontrar o conceito de classes perigosas com um dos eixos de um importante debate parlamentar ocorrido na Câmara de Deputados do Império do Brasil nos meses que se seguiram à lei de abolição da escravidão, em maio de 1888. Preocupados com as consequências da abolição para a organização do trabalho, o que estava em pauta na ocasião era um projeto de lei sobre a repressão à ociosidade. (1996, p. 20)

O debate do trabalho passa a ganhar forças e com isso, a meritocracia também. Naquela época, um pensamento bem comum aos dias atuais já se fazia presente. O raciocínio era de que todo trabalhador honesto conseguiria escapar da pobreza por meio de seu trabalho, desconsiderando assim, todos os fatores sociais e raciais que rodeavam aqueles indivíduos. Basicamente existiam dois tipos de trabalhadores: os bons e os malfeitores. Aqui o pobre e o negro já eram vistos somente como força de trabalho e, caso não fossem úteis para tal função, certamente seriam lidos socialmente como perigosos. A pobreza, destarte, tornava-se o maior fator para indicar a periculosidade de alguém e também sua utilidade, obviamente essa força de trabalho deveria ser; como é almejada a classe trabalhadora de hoje, apática e alienada.

Era notório que a pobreza e o cenário imposto pela escravidão já eram delimitadores natos da situação, mas diante dessas novas circunstâncias, eram necessárias também outras medidas para que a leitura hegemônica continuasse nas mesmas mãos. É nesse ponto que a ideologia higienista aparece, colocando a higiene como um conjunto de princípios que implicavam a

despolitização da realidade histórica, a legitimização apriorística das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano. Esses princípios gerais se traduzem em técnicas específicas, e somente a submissão da política à técnica poderia colocar o Brasil no “caminho da civilização”. Em suma, torna-se possível imaginar que haveria uma forma “científica” – isto é, “ neutra”, supostamente acima dos interesses particulares e dos conflitos sociais em geral – de gestão dos problemas da cidade e das diferenças sociais nela existentes. (CHALHOUB, 1996, p. 35)

Tais ideais estavam alinhados diretamente à cessação das questões relacionadas às “classes perigosas”, às “imundices”, ao crime e à desordem supostamente causados por estas. A classe dominante buscava “limpar” uma situação criada pelas suas próprias políticas racistas e classistas, pelos preconceitos que ela mesma introjetou no imaginário social. A ideia não era limpar a cidade, em um contexto urbano, era limpar a cidade em um contexto social. A ideia era apagar um povo, limpar seu rastro, mas não fazer com que desaparecessem, já que poderiam ser úteis ao capital. Essa população já vinha servindo a tempos como mão de obra escravizada, não era agora com outra reformulação que eles deixariam isso mudar.

Conforme afirma Mbembe “[...] o Negro é, na modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa, e o espírito em mercadoria – a cripta viva do capital” (2014, p. 19), isso se pensado na lógica instaurada desde as ações escravocratas, porém o autor também refere-se ao “devir negro no mundo”, em que este considera que toda ação violenta e todo cerceamento de direitos que antes era voltada para o tratamento da população negra, estende-se para todos os trabalhadores, a partir do fortalecimento neoliberal, mostrando

que em uma ótica atual a classe proletária; apesar de não se equiparar ao que o povo negro viveu no passado; também é alvo de vulnerabilidade e tem seus direitos cerceados

A lógica então, era apagar só a história, torna-los apáticos, sem motivos para reivindicar, eles simplesmente se constituíram em força de trabalho alienada e propícia a todas as formas de exploração. Acho importante reforçar que essa retomada histórica não serve apenas para pontuar algumas das violências vividas por esse povo. Faço isso, porque é impossível falar sobre a formação, e assim explorar os movimentos que originaram e estabeleceram a Classe Média brasileira, sem falar das tentativas incessantes de barrar a população negra a qualquer tipo de mobilidade social. Fica visível que o padrão eugenista tinha muito clara a ideia sobre quem deveria perpetuar seus valores dentro da sociedade. Não afirmo que atualmente não existam pessoas negras nessa classe, o que afirmo e que considero problemático é o padrão hegemônico branco existente nela. O que se repete em todo o globo e, mais especificamente, no Brasil desde o império são homens brancos detendo capital, explorando outros – muitas das vezes não brancos – afim de acumular mais e mais.

A intenção realmente não é focar nos cortiços e nem em suas destruições, apesar de que, como hoje, no período “a moradia representava um dos problemas básicos na luta pela sobrevivência”. (FERNANDES, 2008, p. 76). A ideia é focar, inicialmente, em uma das ações mais visíveis de marginalizações da população negra, já que foi com a demolição dos cortiços que essas pessoas migraram para os morros e foram iniciadas as favelas, e mostrar, também, que junto ao debate do trabalho livre, a discussão do acesso ou da dificuldade de acessar certos espaços é e sempre foi feita de forma a privilegiar os brancos, sobretudo, homens. Isso é imperioso porque hoje, bens de consumo e localização de habitação são grandes fatores que diferenciam a classe média dentro da classe trabalhadora, pois, no Brasil, essa classe está ligada diretamente à sensação – nem sempre concretizada na prática – de acesso ao bem-estar, à ascensão social e à estabilidade financeira, baseando-se na defesa do mercado e no seu poder de compra de bens de consumo (POCHMANN, 2015).

Apesar de óbvio, vale a pena frisar, que tudo isso foi resultante de um total descaso com a população negra. De acordo com Fernandes (2008) existiu uma total desresponsabilização do Estado ou de qualquer outra instituição, como a Igreja por exemplo, nesse momento de transição para um “sistema livre de trabalho”. Sendo assim,

em suma, a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideais de ser humano,

criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo (p. 19).

A sociedade realmente não possuía nenhum interesse em absorver essa população na qualidade de cidadãos, de sujeitos políticos e sociais. Como essas pessoas, que por muito tempo nem eram possuidores de suas próprias almas, poderiam viver em sociedade? Fernandes (2008) afirma que para além da desresponsabilização das instituições, os negros ainda tinham que concorrer com os estrangeiros que residiam no Brasil (e que foram trazidos intencionalmente para o embranquecimento da população), o que resultou no que ele chama de um processo bem definido de “sucessão ecológica”, já que o negro que antes ainda conseguia ocupar espaços no artesanato ou no pequeno comércio se viu obrigado a realizar tarefas e ocupações brutas e degradantes, já que as outras estavam sendo ocupadas por pessoas brancas de fora do país. Os negros viram um dos últimos espaços que poderiam ser finalmente preenchido por eles, ser usurpado por estrangeiros brancos.

Para além de diminuir a oferta de trabalho, o resultado da “sucessão ecológica” foi o reforço do estereótipo errôneo de que a população negra só possuía capacidades de desenvolver atividade braçais, descartando, assim, qualquer outro tipo de trabalho que não tivesse esse tipo de configuração. Não havia se passado nem meia década desde a abolição e o atraso existente já era incalculável, sem contar toda a violência sofrida, a população negra se via em uma situação que apesar de melhor, não era nem de longe satisfatória. Já que,

enquanto o branco da camada dominante conseguia proteger e até melhorar sua posição na estrutura de poder econômico, social e político da cidade e enquanto o imigrante trocava sucessivamente de ocupações, de áreas de especialização econômica e de posições estratégicas para a conquista de riquezas, de prestígio social e de poder, o negro e o mulato tinham de disputar eternamente as oportunidades residuais com os componentes marginais de sistema – com os que “não serviam para outra coisa” ou com os que “estavam começando bem por baixo”(FERNANDES, 2008, p. 23).

A população branca estrangeira era vista como oportunidade de progresso e a população negra continuava sob o mesmo olhar marginalizado. O autor afirma que, para o estrangeiro, o trabalho na forma assalariada era visto como um novo começo, enquanto que, para os/as trabalhadores/as negros/as, o trabalho assalariado estava ligado diretamente com sua liberdade e dignidade, tendo em vista que isso tinha sido roubado deles desde sua chegada em solo nacional.

Tem sido recorrente, em textos acadêmicos, a difusão de informações sobre uma suposta recusa de negros e negras libertos a se submeter ao trabalho formal. Aliado à essa

recusa, citam “indisciplina” e “baixa capacidade de competição”. Fernandes (2008), é um dos autores que comentam sobre a “inconsistência” do negro nesse novo mercado de trabalho:

A recusa de certas tarefas e serviços; a inconstância na frequência ao trabalho; o fascínio por ocupações real ou aparentemente nobilitantes; a tendência a alternar períodos de trabalho regular com fases mais ou menos longas de ócio; a indisciplina agressiva contra o controle direto e a supervisão organizada; a ausência de incentivos para competir individualmente com os colegas e para fazer do trabalho assalariado uma fonte de independência econômica, essas e outras “deficiências” do negro e do mulato se entrosavam à complexa situação humana com que se defrontavam no regime de trabalho livre. O importante, do ponto de vista sociológico, consiste em que não se veja em cada aspecto “negativo” um produto direto da herança cultural da escravidão. (p. 25)

Vale aqui tecer uma crítica sobre o trecho acima. Apesar de trazer relatos que pontuam sobre o fato de que estas pessoas agora almejavam liberdade e que isso certamente dificultava todo o processo do trabalho livre, é importante falar que apesar da importância em conseguir “adentrar” na sociedade e trabalhar, aqueles que tiveram sua liberdade cerceada deveriam aproveitar aquilo que lhes fora roubado, já que, certamente, a população negra vivia o contexto menos favorável de suas vidas dentro do nosso país. Obviamente não estavam aqui por escolha própria e após a abolição não encontraram cenário minimamente favorável à sua reprodução social, aliás só acharam um mais competitivo. Pedir o contrário disso é no mínimo insensível socialmente e alimenta uma lógica meritocrática e capitalista totalmente embranquecida. Ainda mais que Fernandes (2008) reconhece que o trabalhador negro se via em uma situação sem saída, “para onde quer que se voltassem, mesmo nas oportunidades mais modestas, tinham pela frente o “colono”, o “imigrante operário”, o “artista europeu” ou elementos da plebe nacional, que antes não disputavam, por indignas, as suas ocupações” (p. 31).

O autor também afirma que diante do que estava imposto, a população negra não tinha outras escolhas, já que, infelizmente, a transição para o novo regime jurídico-político e social não ocorreu de forma justa e não conferiu assim a autonomia econômica, social e política e nem a condição histórica necessária para que essa parcela fosse capaz de ser agente do seu próprio destino e capaz de realizar transformações de uma maneira satisfatória. Fernandes (2008) pontua algo importante, que é o fato de que só eles poderiam dar ao movimento abolicionista os reais objetivos revolucionários, que não tiveram na mão de pessoas brancas, já que essas possuíam outros interesses. Porém, diante do cenário vivido, existiu muito protagonismo negro e devemos ficar atentos para não diminuir esses atos.

Quando Fernandes (2008) fala sobre a importância do movimento abolicionista realmente ter pautas revolucionárias, ele atribui ao fato de que Abolição não ocorreu por virtudes democráticas, como ele chama, mas aconteceu muito mais porque o mercado cafeeiro brasileiro estava crescendo internacionalmente e tais atitudes não eram bem vistas. Segundo o autor, “aliás, as condições de organização técnica e econômica da produção agrícola sob o regime escravocrata sempre foram encaradas como impedimento ao desenvolvimento tecnológico, econômico e social” (FERNANDES, 2008, p. 33). Essas transformações são fruto de um impulso capitalista que, de forma eficiente, modificou a sociabilidade e a lógica de trabalho do país. O problema está no fato de que o trabalhador negro foi excluído dessa nova ordem econômica e social emergente, como categoria social, nessas novas tendências modernas de expansão do capitalismo (FERNANDES, 2008). Para além disso,

os brancos interpretaram a situação em termos psicológicos: o mulato e o negro “não tinham ambição”, por isso não arrostavam, como os imigrantes europeus, as duras dificuldades que permitiam converter a poupança em fator de acumulação capitalista, de mobilidade ocupacional e de ascensão social (p. 34)

Revelando a total cegueira resultante do racismo estrutural predominante na sociedade brasileira, que infelizmente não difere dos tempos atuais. Por melhor que estivesse um trabalhador negro, ele ainda estaria em desvantagem diante das condições sociais dessa ordem competitiva. Fernandes (2008) ainda afirma que o eterno atraso é fruto; obviamente; do cerceamento da sociabilidade dessa população. Por isso,

todas as formas de união ou de solidariedade dos escravos eram tolhidas e solapadas, prevalecendo a consciência clara de que só através da imposição de condições anômicas de existência seria possível conseguir e perpetuar a submissão dos cativos e a dependência fundamental dos libertos. (...) os brancos seguiram à risca o código escravocrata, impedindo por todos os meios que os escravos ou os libertos se organizassem e monopolizando o uso da violência como mecanismo de controle social (p. 34-35).

O autor afirma que isso causou; na passagem do trabalho servil para o trabalho livre; a falta de normas sociais para conseguir se ordenar em sociedade. Obviamente, essa população precisava de um suporte para ter mobilidade social e condições mínimas, certamente era isso que faltava para esse povo, não necessariamente normas sociais. Até porque, essas regras não estavam ali como padrão social de um sistema hegemônico imposto? E não seria esse sistema hegemônico o mesmo que tinha colocado o seu povo em anos de escravidão e violência?

Para além da importância da história do povo negro na formação das classes sociais do Brasil, a leitura que se dá desse povo também é muito importante, já que a população negra teve seus direitos cerceados desde o primeiro momento em terras brasileiras e isso moldou um

padrão hegemônico constituinte com consequências cruéis até os dias atuais. Logo, reforçar qualquer tipo de ideia que ajude a marginalizar as atitudes tomadas por essa população torna o cenário ainda mais complicado. É como pedir consciência de classe a uma população que tem condições mínimas de vida e não tem acesso a informação suficiente para saber ao certo o que significa ser de fato um trabalhador, em seu sentido ontológico. O pedido por normas sociais estando ancorado na desculpa da obtenção do emprego, mais parece um pedido para que o negro ou atualmente, o trabalhador, se adeque a uma norma burguesa e não pense sobre o tipo de trabalho que está realizado.

Este movimento de adequação e de não pensamento pelo trabalhador, liga-se diretamente com o fato de que a ideologia burguesa vem se alastrando e se fortalecendo dentro das classes desde o início. Por exemplo, a classe média no Brasil já existia a muitos anos, porém não possuía uma grande atenção voltada para ela, isso só ocorreu quando foi necessário fortalecê-la para mudar a leitura de crescimento e prosperidade no âmbito econômico. Antes o que era somente uma concepção econômica baseadas em faixas de renda, passou se tornar uma definição de um grupo social com características morais, culturais, simbólicas, com comportamentos próprios bem definidos. Portanto, a consolidação de Classe Média, está atrelada aos interesse burgueses.

O véu burguês de alienação está pairando de forma eficiente sob esta parcela de pessoas, mas não é muito diferente de anos atrás. Certamente, não chegam nem perto do cenário desumano que um dia foi nos anos do Império, mas a lógica acrítica e preconceituosa é resultantes de uma caminhada advinda do nosso passado, principalmente de adequação às condições impostas pelo capital. Hoje o que é observado, e que será mais bem descrito em capítulos subsequentes, é que nossa classe média atual nada mais é do que um espelho das camadas médias pós-abolição. Pois, não seria a vangloriação de valores estrangeiros ao invés da nossa própria cultura um dos grandes fatores observados atualmente? Ou a lógica meritocrática que em muito rondou a passagem do trabalho servil para trabalho livre algo muito parecido com a ideia de “se você se esforçar você consegue”?

Talvez a formação do Brasil como país tenha nascido de uma grande classe média, visto que as pessoas chegaram até aqui não eram parte da burguesia e tinham objetivos diferentes da população negra. Estes, com sangue europeu, nunca admitiriam ter se misturado com aqueles que um dia tiveram sua liberdade cerceada, apesar de serem explorados na venda de trabalho como tal. Já que os estrangeiros, em sua maioria, não eram nobres e nem possuíam

bons empregos; como já foi dito, eles foram convocados para fazer concorrência para a população negra. A classe média da atualidade igualmente não possui um emprego muito diferente do restante de sua classe original, a trabalhadora, mas diante da sua auto identificação com a elite, considera-se distante desta classe.

Salata (2016) afirma que atualmente a leitura para o entendimento da classe média está muito mais ligada à lógica de identidade de classe do que necessariamente de consciência, já que essa nega suas relações com a parcela trabalhadora.

Como as identidades de classe não são vistas somente como consequências das condições econômicas, mas também como reivindicações de pertencimento, não seria possível afirmar que um indivíduo não é “consciente” de sua posição, ou que ele possui uma consciência falsa ou equivocada, ou percepção “distorcida” de sua localização social. Nesse sentido, a identidade de classe de um indivíduo não seria um reconhecimento - correto ou distorcido - de sua “verdadeira” posição; tratar-se-ia, na verdade, de uma maneira de se diferenciar ou aproximar de outros, um modo de afirmar a que classe de indivíduos gostaria de estar próximo, e das quais pretenderia se distinguir (SALATA, 2016, p. 65).

Obviamente o caminho da identidade de classe torna-se muito fácil para explicar a movimentação de um grupo, mas também torna tudo mais preocupante. A necessidade em se possuir consciência de classe é justamente para exercitar, nos seus membros, a ação de olhar para além do que está posto, além de si, para si. Hoje, nota-se que na classe média sobra identidade, mas falta consciência. É válido pontuar que a ideia aqui não é culpabilizar os indivíduos dessa parcela, mas demonstrar que a ideologia é uma categoria importante e norteadora da sociabilidade brasileira, desde seus primeiros acontecimentos históricos até os dias de hoje e a classe média, como coletividade, não poderia deixar de ser afetada por isso.

Para Marx e Engels (2007) a ideologia garante e reproduz os interesses burgueses, sendo então a classe dominante responsável por impor o *modus operandi* e as regras sociais e econômicas que regem a sociedade. Os autores ainda entendiam que a consciência dos homens era resultado do que estava posto socialmente, criticando o idealismo alemão, que entendia, ao contrário, que era a forma de pensar dos homens que determinava e regia a sociedade. Logo, parte-se do princípio de que o processo de vida é que influencia os seres e assim suas ideologias e suas práticas ao longo da vida. Dialogando com os autores acima, Marilena Chauí (2016a) entende ideologia como,

um corpus de representações e de normas que fixam e prescrevem de antemão o que se deve e como se deve pensar, agir e sentir. Com o objetivo de impor os interesses particulares da classe dominante, esse corpus produz uma universalidade imaginária. A eficácia da ideologia depende, justamente, da

sua capacidade de produzir um imaginário coletivo em cujo interior os indivíduos possam localizar-se, identificar-se e, pelo autorreconhecimento assim obtido, legitimar involuntariamente a divisão social. (p. 245).

Chauí (2016a) também afirma que a lógica da ideologia está ligada diretamente a um vazio sobre sua própria gênese, que é a divisão social das classes. Já que esta divisão social é basilar para a determinação das regras, ditadas pela classe dominante a partir do processo de divisão do trabalho. Isso porque, a burguesia é responsável por universalizar o particular e criar a interiorização do imaginário burguês como algo coletivo e comum para a classe trabalhadora. Sendo então a ideologia ligada diretamente à dissimulação, tal conceito se atrela diretamente à burguesia e sua manipulação, pois esta impõe uma “máscara” em que se tenta maquiagem a não existência de classes sociais contraditórias, nascidas no seio da exploração de uma sobre a outra.

É notório que a ideologia está diretamente ligada às formas como as regras são ditadas, assim como o modo de vida e o sistema econômico imposto. Tendo o capitalismo como sistema vigente e possuindo uma hegemonia burguesa, a parcela da classe média, se vê cada vez mais cooptada pelos ideários burgueses, considerados ideais e corretos. Neste processo ela se distancia ainda mais da possibilidade de adquirir consciência de classe. Como já foi dito, a então classe média procura em sua auto identificação, se assemelhar e se aproximar subjetivamente, de forma ideológica, principalmente, com a burguesia, movimento que gera consequências reais para o atual processo brasileiro.

A nossa classe média mostra-se como um espelho de nosso passado. Um retrato daqueles colonos e estrangeiros europeus que não queriam se misturar com a população negra. Infelizmente, uma delimitação de uma camada levada por uma ideologia burguesa e por um racismo estrutural introjetado. Apesar do desenvolvimento e dos anos passados, pouco se mudou. É significativo salientar que no Brasil não existe recorte de classe sem recorte de raça, mas é importante não esquecer dos interesses reais de classe por trás de tudo. Atualmente, a burguesia não tem somente a raça como ponto principal de exploração; o interesse do capitalismo está aquém disso. A raça, dentro do nosso país, é um fator chave da nossa estrutura, sendo necessária para entender o movimento de delimitação do que chamamos de classe média. Do mesmo jeito que para descrever a classe média atualmente, faz-se necessário, debruçar-se sobre a burguesia para entender a cooptação que ela sobre dessa parte e da classe trabalhadora mais a fundo, pois é nesse meio que ela de fato se encontra.

CAPÍTULO 2 – BURGUESIA, CLASSE TRABALHADORA E A CLASSE MÉDIA: DEFINIÇÕES E IDEOLOGIAS

Após os debates sobre as origens da classe média brasileira, pautadas pelo racismo e elitismo, faz-se necessário pontuar, brevemente, o significado das categorias burguesia e classe trabalhadora para que exista uma maior compreensão do que é a classe média em si. Já que essa parcela populacional é composta por pessoas que vendem a sua força de trabalho – assim como a classe trabalhadora – e não é detentora de meios de produção – como é a burguesia. Assim, segundo Pochmann (2015), a classe média não possui uma base conceitual de origem controlada e altera-se no decorrer da história, possuindo significados diferenciados em cada tempo e em cada nação, diferentemente das outras classes que tem seu conceito mais fechado.

Para Marx e Engels (2001) a sociedade capitalista está dividida em duas classes principais e antagônicas: a burguesia e a classe trabalhadora. Anterior à publicação do Manifesto Comunista, Engels disponibilizou um texto intitulado “Princípios Básicos do Comunismo” em novembro de 1847. Nessa publicação, o autor define o que ele entende por classe trabalhadora e burguesia:

A classe dos grandes capitalistas que, em todos os países civilizados, estão quase exclusivamente na posse de todos os meios de existência e das matérias-primas e dos instrumentos (máquinas, fábricas) necessários para a produção dos meios de existência; esta é a classe dos burgueses, ou a burguesia. A classe dos que nada possuem, os quais, em virtude disso, estão obrigados a vender o seu trabalho aos burgueses a fim de obter em troca os meios de existência necessários ao seu sustento. Esta classe chama-se a classe dos proletários, ou o proletariado (ENGELS, 1982, p. 3).

A classe trabalhadora então caracteriza-se como sujeito primordial na criação das mercadorias, a partir da venda da sua força de trabalho. Portanto, a classe trabalhadora “é colocado pela história diante da tarefa de um transformador consciente da sociedade” (LUKÁCS, 2003, p. 176), pois de acordo com Marx e Engels (2001), somente a classe trabalhadora se constitui como classe revolucionária, sendo capaz de transformar a realidade em que vive.

A burguesia mostra-se socialmente na qualidade de classe detentora dos meios de produção, sendo responsável pela compra da força de trabalho da classe trabalhadora. A burguesia “transformou o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem das ciências, em assalariados por ela remunerados” (MARX; ENGELS, 2001, p. 27-28). Lukács (2003), por seu turno, afirma que a consciência desta classe está formalmente ligada a uma consciência econômica, já que esta visa o máximo de acumulação que conseguir retirar dos processos de

trabalho realizados pela classe trabalhadora, na forma de mais valia e do lucro, advindo da venda da mercadoria. “A burguesia controla cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou a população, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos.” (MARX; ENGELS, 2001, p. 31). Desde seus primórdios, a burguesia; se constituiu como classe hegemônica. Sobre isso, Lukács afirma que,

como a dominação da burguesia estende-se efetivamente para a toda a sociedade de acordo com os seus interesses, e em parte o realizou, era necessário criar uma doutrina fechada da economia, do estado e da sociedade etc. (o que já pressupõem, em si e por si, uma “visão do mundo”), como ampliar e tornar consciente em si a crença em sua própria vocação para essa dominação e organização (...) resta a ilusão das outras classes, sua permanência numa consciência de classe confusa como pressuposto indispensável para a manutenção do regime burguês (LUKÁCS, 2003, p. 167).

Com o passar do tempo, a burguesia ganha ainda mais forças e transforma seu *modus operandi* com vistas a aumentar seu poder e influência sobre a classe operária. Com a publicação do Manifesto Comunista, Marx e Engels (2001) também citam a existência de outras classes. Uma delas é caracterizada como lumpemproletariado, que é descrita por viver em condições miseráveis de vida, estando fora do mercado de trabalho e não possuindo meios de subsistência e nem consciência de classe. E a outra classe descrita na publicação, é designada como camadas médias; sendo na época, representados por pequenos comerciantes e fabricantes, artesãos e camponeses. Essa classe ganha mais importância com o passar do tempo e hoje é um grupo relevante no processo de reprodução das relações sociais e tomadas de decisão, apesar de não possuir a mesma importância da classe trabalhadora e da burguesia.

Segundo Lukács (2003) só a classe trabalhadora e a burguesia podem ser consideradas classes puras em nossa sociedade, visto que só essas, de fato, se respaldam pelo desenvolvimento do processo de produção moderno. Esse autor pontua ainda que a existência dessa separação em classe; principalmente as que afetam a criação dessas “subclasses”, está ligada diretamente ao nosso desenvolvimento histórico e aos vestígios de uma sociedade dividida em estamentos e castas. Assim, vemos que a classe média é oriunda disso, sendo então, uma subclasse dentro da classe trabalhadora, já que existe a compra e venda da força de trabalho dessa parcela. Logo, o termo subclasses aparando em Lukács (2003) será utilizado ao longo do texto para posicionar a classe média enquanto parcela pertencente a classe trabalhadora.

Então, para se descrever a Classe Média brasileira da atualidade, é indispensável, primeiramente, tentar entendê-la. Para além de qualquer descrição desenvolvida no decorrer

desse capítulo, é relevante frisar que vive-se em uma sociedade capitalista, na qual a hegemonia burguesa paira sobre a sociabilidade e ela não pode ser esquecida durante a análise, principalmente no que diz respeito à classe média, que sofre influência direta desta.

Poulantzas (1975) define o que chamamos de classe média, como pequena burguesia tradicional e nova pequena burguesia. O autor também considera essa parcela como classe intermediária entre as classes principais, sendo os membros desta, o que ele intitula de trabalhadores de “colarinho branco”, que apesar de serem trabalhadores, se diferenciam da classe trabalhadora por não realizar trabalho produtivo, pois estes não produzem mais-valia diretamente.

A categoria trabalho então, pode ser dividida de duas maneiras: trabalho produtivo e trabalho improdutivo. Para Marx (2017) o trabalho que se configura como produtivo é responsável por valorizar o capital de forma direta, produzindo mais-valia, um sobreproduto que fica como forma de excedente único e exclusivamente para o burguês. O trabalho produtivo está ligado diretamente à produção de mais-valia direta, sendo então produtivo aquele trabalhador que produz mais-valia, valorizando o capital. Para Marx (2017) o trabalho e trabalhador improdutivo, configuram-se pelo movimento contrário: normalmente este trabalhador improdutivo, mostra-se como prestador de serviços e não produtor direto de mais-valia. Em algumas circunstâncias pode ser apontado exercendo cargos de supervisões na extração da mais-valia, daqueles que produzem trabalho produtivo.

Ainda para Poulantzas (1975) essa diferenciação é um dos pontos primordiais para o entendimento da classe média e, por conseguinte, para a apreensão de seu comportamento. Como resultado, segundo o autor, a diferenciação do trabalho somados aos fatores subjetivos, criam as diferenças ideológicas e políticas dessa classe. Além disso, o autor entende que a classe média exerce funções que deveriam ser exercidas de fato pelos burgueses, como supervisionar diretamente a extração de mais-valia dos trabalhadores que realizam trabalho produtivo. Atualmente, a classe média se configura como uma parcela populacional que busca em seu máximo aumentar a proximidade com o estilo de vida burguês: essa se vê encantada por estar em uma posição mais “elevada” e diferenciada dos demais trabalhadores. Porém, o autor salienta que, apesar de ser composta por trabalhadores improdutivos, eles continuam sendo trabalhadores pois vendem sua força de trabalho, dependem de salários para sobreviver e, portanto, continuam a ser explorados pela burguesia.

Assim, o Poulantzas (1975) define a classe média como uma classe intermediária, que além de estar em uma posição mediana, localizada entre burguesia e classe trabalhadora, possui características que se diferem de forma subjetiva e também na divisão social do trabalho. Logo, o autor não caracteriza os partícipes dessa classe média como trabalhadores que são, já que vendem sua força de trabalho. Este apenas concorda que a classe média se assemelha mais com a classe trabalhadora, pois o processo de compra e venda de força de trabalho continua a acontecer e ela continua a ser explorada pela classe rica, da qual tanto almeja pertencer. Contudo, tal movimento é uma busca incessante e inalcançável, tendo em vista que a burguesia é a única que detém os meios de produção.

Por outro lado Décio Saes, em 1978, em uma nota teórica intitulada “Classe média e políticas de classe”, refuta Poulantzas, por discordar do entendimento de pequena burguesia tradicional. Saes (1978) entende essa parcela descrita por Poulantzas como parcelas do campesinato, artesãos e pequenos comerciantes e defende a existência de uma nova classe média, em detrimento e diferença dessa pequena burguesia. Nessa nova classe média, estariam os trabalhadores assalariados do comércio, da administração, finanças e outras parcelas daqueles que Poulantzas indica como trabalhadores improdutivos. Apesar de Saes (1978) pontuar que classe média e trabalho produtivo não são categorias coincidentes, preferindo-se referir a tais trabalhadores como “não-manuais”, o autor vê a importância dessa diferenciação pois é nela que reside a demonstração da subordinação da pequena burguesia ao capital. O autor afirma que são pensamentos e situações radicalmente distintas,

(...) e daí o perigo em que incorrem as análises tendentes a projetar num dos grupos traços ideológicos características da situação do outro grupo, e vice-versa, tudo isso para assegurar que todos os grupos sociais não compreendidas na burguesia ou na classe operária, nas suas acepções estritas, integram um grande conjunto ideológico, cujas partes se identificaram na prática de uma mesma modalidade de ação política. (SAES, 1978, p. 98-99)

Saes (1978) ressalta esta diferenciação para marcar a singularidade e diferença ideológica existente entre essas duas parcelas. Observando que a nova classe média não pode ser analisada somente em nível econômico, Saes (1978) faz uma breve concessão à sociologia funcionalista norte-americana, considerando que a nova classe média é sim uma questão de estratificação social, mas só a considera dessa maneira, pois entende que a estratificação é um aspecto da ideologia dominante burguesa “que reduz a divisão capitalista do trabalho a uma hierarquia do trabalho, correspondente, para empregar a expressão de Bourdieu e Passeron, a uma escala de dons e méritos” (p. 99). Diferentemente de outros autores como Mills e Lockwood que desconsideravam a ideologia dominante no processo de estratificação,

os autores que desenvolveram o conceito de classe média, ligados à sociologia weberiana ou a sociologia da estratificação norte-americana, rejeitavam a ideia da polarização sociodemográfica, evidenciando as diferenças entre os trabalhadores de classe média e o operariado. Estudos como os de Wright Mills, David Lockwood e Adolf Sturmhthal, publicados nos anos 50 e 60, destacaram as dificuldades de sindicalização dos trabalhadores de classe média, cujo individualismo contrastava com o forte associativismo dos trabalhadores assalariados manuais (o setor operário no sentido estrito do termo) (Mills, 1969; Lockwood, 1962; Sturmhthal, 1967). Mills e Lockwood utilizaram essa diferença no plano da prática organizativa e reivindicativa para criticar a noção marxista de classe social. (BOITO, 2007, p. 225)

Saes (1978) define a classe média como nova classe média pois coloca em oposição a ideia de integração de um grande conjunto ideológico com a pequena burguesia tradicional. O autor define que esta classe é resultado de um conjunto dos efeitos políticos que são produzidos por alguns setores do trabalho assalariado, porém possuindo influência direta da ideologia dominante, sendo a hierarquização do trabalho, a importância dada aos dons e mérito, uma das principais características que diferenciam a classe média da classe operária e assim, dos trabalhadores manuais da classe trabalhadora. Boito (2007) ancorado na visão de Saes (1978) completa afirmando que “classe média seria uma “noção prática” para indicar um comportamento político e ideológico específico, guiado por uma “consciência meritocrática”, típico de um setor dos trabalhadores assalariados, comportamento esse que os distinguiria dos trabalhadores manuais” (p. 230)

Saes (1978) finaliza a nota evidenciando que os valores da classe média não são os mesmo da classe operária, já que realizam trabalho não-manual; mas que algum momento tanto setores da pequena burguesia quanto da nova classe média, podem vir a se alinhar politicamente com a classe operária, mas que isso não significa uma fusão, pois estas possuem objetivos e limites ideológicos diferentes como “rejeição do assalariamento para a pequena burguesia tradicional, rejeição da igualdade da igualização socioeconômica do trabalho manual e do trabalho não-manual para a nova classe média” (p. 101). É válido ressaltar que operariado difere de proletariado e que aqui a diferença está justamente em realizarem trabalhos diferentes e assim, pautarem outras posições.

Saes (1985) aponta a importância em examinar a conjuntura política da classe média combinada à situação do trabalho em que ela está colocada, pois este grupo possui uma unidade ideológica e política pouco definida, que em muito depende do trabalho realizado e pelo movimento existente da - classe trabalhadora; na parcela que realiza o trabalho manual; e burguesia - para decidir sua prática política. Para isso e para conseguir demonstrar a

heterogeneidade existente nessa subclasse, o autor traça a história do Brasil oligárquico pós-abolição até o período ditatorial e nele demonstra a evolução e mudança da Classe Média Brasileira.

Saes (1985) inicia sinalizando a dificuldade existente de absorção da mão-de-obra negra, gerando o que ele considera ser a primeira clivagem e o primeiro retrato da divisão entre o trabalhador manual e o não-manual no Brasil, sendo o trabalhador negro o trabalhador manual. Porém afirma que o nascimento das camadas médias se dá com a consolidação do Estado nacional até 1850 e com a expansão cafeeira até 1870. O autor refere-se à classe média como camadas médias, pois este divide o seu entendimento em camadas médias tradicionais e baixas camadas médias, sendo as camadas médias tradicionais responsáveis por “assumir um papel dirigente e prolongar a dominação de classe (...) fazer o papel de agente secundário da dominação oligárquica. Seu passado “aristocrático”, seus laços familiares, sociais e éticos (...) criavam as condições para uma comunhão ideológica” (p. 47). As oligarquias eram, então, responsáveis por absorver apenas uma parcela das camadas médias, excluindo, assim a baixa camada média, passando a existir uma maior diferença entre essas duas parcelas de uma mesma classe.

Apesar de fazer parte da classe média, a baixa camada média definida por Saes (1985) não possuía apego à oligarquia, em muito porque não tinha sido absorvida por esta. Com isso, essa parcela tinha uma maior autonomia ideológica frente à camada média tradicional, apesar de que isso estava conectado ao um medo de empobrecer, visto que, no tocante às baixas camadas médias, a política oligárquica de ‘socialização de perdas’ provocava não apenas um empobrecimento real, mas instalava também, entre elas, o temor da proletarização” (p. 63). Ameaçando, portanto, a queda do seu nível de vida e assim, o consumo. O autor afirma que as reivindicações dessa parcela estavam ligadas a satisfações de suas necessidades imediatas, diferente das reivindicações operárias.

Com a chegada da Revolução de 1930, o sistema político oligárquico caiu e foi criado um novo sistema político para articular as classes sociais. Constituiu-se como uma crise do capitalismo agrário-mercantil brasileiro, agravada diante da crise do mercado mundial (SAES, 1985). Junto dela, a urgência da industrialização vem à tona, buscando o bem-estar social e, também, sendo responsável pela ampliação do sistema político brasileiro. Porém somente com a chegada da segunda guerra mundial e a influência da conjuntura internacional, que foi

possível observar, de fato, o fortalecimento da indústria. Foi, por exemplo, só a partir daí que induziram a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (SAES, 1985). Finalmente,

pode-se notar nos técnicos e burocratas o esboço de um “projeto de industrialização”, através do qual as “categorias sociais” tendiam a dar uma forma concreta às aspirações das camadas médias já desembaraçadas da ascendência oligárquica. Esse impulso industrializador já se encontra no Conselho Nacional de Economia do “Estado Novo”; reaparece na ação dos técnicos nacionalistas do último período Vargas e atinge seu mais alto grau de acabamento no “desenvolvimento” dos grupos executivos para a indústria no período Kubitschek. (p. 97)

Apesar da Revolução de 1930 ter pautado a queda do sistema político oligárquico, ela não tem braços suficientes para eliminar a influência oligárquica que ainda existe atualmente. Saes (1985) afirma que as camadas médias tradicionais não conseguem romper com tal influência e com sua dependência direta e, principalmente, do seu liberalismo antipopular. “Assim, o antipopulismo é a definição política essencial das camadas médias tradicionais a partir da revolução de trinta” (p. 107). Essa parcela dirige seus ataques ao “Estado Novo”, 1937 – 1945 e ao último período de Vargas, 1951 – 1954. O autor pauta, que o direcionamento desses ataques está ligado à “democracia de massas” por meio do Estado populista e às massas urbanas, o que ia contra o pensamento das camadas médias tradicionais e reforçava, assim, sua dimensão elitista liberal e seu caráter não democrático: “(...) a orientação política das camadas médias tradicionais está marcada ao longo do período populista, pela nostalgia da política oligárquica (p. 107).

Tanto é assim, que o autor pontua a aparição de Carlos Lacerda em 1954, mostrando-se como um grande candidato para as camadas médias tradicionais, pois possuía, em seu perfil, ideologia, linguagem, estilo políticos (liberalismo tradicional, elitismo, ódio às massas) semelhantes a essa parcela da classe. Porém, Saes (1985) reforça que a classe média, em seu caráter heterogêneo, não tem todas as suas parcelas mergulhadas no antipopulismo, salvaguarda a parcela das baixas camadas médias. “As baixas camadas médias, como a classe operária, constituíram a base social de apoio do populismo” (p. 110). Esse momento, então, configurou-se como uma importante época, pois é nela que se constituiu “não somente o sindicalismo operário do Estado, mas também o sindicalismo ‘médio’ de Estado” (p. 112), permitindo que o sindicalismo “médio” chegasse a formas ideológicas de ação e organização semelhantes ao sindicalismo operário. O autor aponta o sindicato dos bancários e dos jornalistas, como dois dos mais fortes e atuantes.

O populismo termina, com a chegada do período ditatorial em 1964. “No que concerne particularmente à ‘classe média’, lembremos sua participação maciça no processo de criação de um clima político favorável à intervenção militar” (SAES, 1985, p. 125), mas não se pode esquecer que estas foram mobilizadas pela classe dominante, por influência de sua hegemonia. Para que isso ocorresse, houve a renovação da aliança política entre as oligarquias rurais e as camadas médias tradicionais, buscando derrotar qualquer resquício populista, para que essa parcela tivesse mais força para apoiar a ditadura.

Algo importante a sinalizar é que o movimento para a derrubada do populismo ganha um novo impulso com a ditadura, pois segundo Saes (1985), as camadas média não buscavam mais combater o populismo em busca somente de privilégio social atrelado a política, essa parcela agora temia pelo medo da proletarização, sua oposição agora se pautava em uma lógica de democracia *versus* comunismo, sendo assim, “o antipopulismo, se transforma em anticomunismo” (p. 137). E por incrível que pareça, as camadas médias tradicionais preferiam recusar a democracia, ao medo da proletarização. Tais apontamentos de Saes (1985) são colocados em muito para mostrar a heterogeneidade dentro até mesmo de uma subclasse e a sua importância.

Sendo assim, para esclarecer o alargamento da classe média no contexto brasileiro atual, valemo-nos de Pochmann (2015) que identifica o consumo tardio fordista como instaurador de uma tendência de homogeneização do padrão de consumo de bens duráveis. Isto foi responsável por incorporar uma parcela da população pobre ao entendimento enquanto classe média nos anos 2000, observando que houve outros momentos de consumo e fortalecimento desse grupo.

Porém, ao pontuar a primeira década do século XXI, Pochmann (2015), refere-se a atual classe média brasileira e como ela chegou até esse patamar, pois a classe média já existe desde os primeiros passos do capitalismo no Brasil, como vem sendo exemplificado desde o primeiro capítulo desta pesquisa. Então, todos os acontecimentos sociohistóricos moldam e delineiam a classe média, sendo o processo de industrialização um desses, já que, em resumo, esse cenário foi vivido no Brasil de forma completamente diferente dos outros países capitalistas centrais. Em solo nacional, esse processo só ocorreu em meados de 1930 com a chegada da Revolução de 30, enquanto isso já vinha ocorrendo há alguns anos nos outros países.

Porém, não foi só esse processo de industrialização que foi importante, mas o momento iniciado nos anos 1950, conhecido como Anos Dourados (POCHMANN, 2015) ou Gloriosos.

No mesmo momento em que o Brasil começava a engatinhar na indústria, o Estado Social começava a se erguer na Europa, como resposta à crise vivida entre 1929-1932. Tendo propostas de John Maynard Keynes para tentar reaver tal situação que defendia,

a intervenção estatal com vistas a reativar a produção. Ele se referia a uma maior intervenção do Estado na economia, em sintonia apenas do ponto de vista dos fundamentos econômicos, com as saídas pragmáticas do período – como vîmos, o New Deal e o nazi-fascismo. Keynes, cabe dizer, preocupava-se com saídas democráticas da crise, no que se afastava vigorosamente deste último projeto. Ele propugnava a mudança da relação do Estado com o sistema produtivo e rompia parcialmente com os princípios do liberalismo. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 83)

Este momento foi marcado por um capitalismo que por alguns anos “permitiu” um abrandamento de suas explorações, pois, segundo Behring e Boschetti (2011) muito disso estava interligado ao pânico burguês diante da ascensão política, ideológica e econômica da União Soviética, que colocava-se como contraponto ao capitalismo. Na realidade, o ganho de forças do bloco socialista era um dos grandes pontos, visto que em 1959 também é “concluída” a Revolução Cubana.

O keynesianismo também se associa ao pacto fordista, que era um modelo de produção e consumo em massa, com acordo de coletividade de ganho de produtividade com seus trabalhadores, tendo em vista o incentivo ao consumo. “O fordismo, então, foi bem mais que uma mudança técnica, com a introdução da linha de montagem e da eletricidade: foi também uma forma de regulação das relações sociais, em condições políticas determinadas.” (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 86)

Sendo assim, foram muitos os efeitos do Estado de bem-estar social nos países capitalistas fordistas centrais,

O ciclo do crescimento econômico nos países desenvolvidos possibilitou o fortalecimento da tendência homogeneizadora do padrão de consumo, sobretudo com a generalização do acesso aos bens de consumo duráveis. O capitalismo fordista, com o quase pleno emprego da mão de obra e a elevação direta e indireta do rendimento da classe trabalhadora, especialmente na base da pirâmide social, alterou profundamente a sociedade nos países do centro do capitalismo mundial. (POCHMANN, 2015, p. 28)

Ainda segundo o autor, apesar de haver uma inclusão da classe trabalhadora, nesse crescimento econômico, isso não foi entendido como uma mudança na estrutura de classes. Foi visto muito mais como uma vitória da força política trabalhista, do que um fortalecimento da classe média, como subclasse. Diferentemente da concepção de pensamento adotada no Brasil,

que evidentemente resulta do caráter periférico do capitalismo fordista. Sendo o fordismo periférico tratado por Lipietz (1989) como,

um autêntico fordismo, com uma verdadeira mecanização e uma associação da acumulação intensiva e do crescimento de mercados em termos dos bens de consumo duráveis. Contudo ele continua sendo periférico, antes de mais nada no sentido de que, nos circuitos mundiais dos ramos produtivos, os postos de trabalho e a produção correspondendo aos níveis de fabricação qualificada e, sobretudo, de engenharia permanecem largamente exteriores a esses países. Por outro lado, os mercados correspondem a uma combinação específica do consumo das classes médias modernas locais, com acesso parcial dos operários do setor fordista aos bens duráveis das famílias, e das exportações desses mesmos produtos manufaturados de baixo preço para o centro. Assim, o crescimento da demanda social (que é uma demanda social mundial), especialmente pelos bens duráveis das famílias, é certamente antecipado, ainda que não seja institucionalmente regulado em uma base nacional, em função dos ganhos de produtividade dos ramos fordistas locais. (p. 317)

Logo, a produção que era feita e voltada para outros países centrais, reforçava uma lógica de subalternidade existente desde a época colonial; em que o Brasil voltava sua produção principal para Portugal; mas também tem uma ligação direta com os três ciclos de expansão de consumo de bens duráveis pontuados por Pochmann (2015), visto que Lipietz (1989), liga o desenvolvimento do fordismo periférico ao consumo das classes médias e sua necessidade por demanda e consumo.

Pochmann (2015) cita o primeiro ciclo, tendo seu início na segunda metade da década de 1950, no governo JK. Os bens duráveis tinham ligação direta com os países industrializados e que precisavam ser importados, tendo assim, alto custo e só sendo consumido pela parcela mais enriquecida do país. O segundo ciclo ocorreu no final da década de 1960, período em que ocorria a ditadura militar. Nesse momento, ocorreu o também chamado “Milagre econômico”, gerando emprego nas empresas privadas e nos setores públicos, algo que consolidou o que Pochmann (2015) chama de classe média assalariada brasileira. Já o terceiro e último ciclo de consumo; que ocorre nos anos 2000, de acordo com o autor, tem duas razões principais. A primeira está ligada à queda dos custos dos bens duráveis desde 1990 e a segunda razão deve-se à ampliação do crédito e descentralização de renda da base da pirâmide.

É importante perceber que os ciclos de consumo mostram não só o desenvolvimento da industrialização e a compra e venda desses produtos. Eles mostram o desenvolvimento e, também, o delineamento da nossa classe média. Ainda de acordo com o autor, no Brasil, esta classe está ligada diretamente à sensação de acesso ao bem-estar, à ascensão social e à estabilidade financeira, baseando-se na defesa do mercado e no seu poder de compra de bens

de consumo (POCHMANN, 2015). Então, nada melhor que os ciclos de consumo de bens duráveis para mostrar isso. É visível perceber que logo no primeiro ciclo, só a parcela mais enriquecida conseguia ter acesso aos produtos pois estes eram importados, mas quando é dito enriquecida não é definido somente enquanto burguesia e dificilmente existiria um cenário em que só esta classe conseguiria acessar tais bens. Isso tornaria esses eletrodomésticos e carros; a maioria desses bens; algo palpável, mas também algo mais “exclusivo” para a classe média.

Podemos ligar o acesso a esses bens duráveis importados, também, à valorização do trabalhador estrangeiro diante do trabalhador negro; em relação a raça; e com o movimento contraditório da classe média atual, de “ufanismo” concomitante ao apoio de venda de nossas estatais ao capital estrangeiro em busca da legitimação de fora. No segundo ciclo, é possível observar o movimento mais problemático e que acredito ter mais ligações com o capítulo que irá seguir, que é o processo de ascensão da Classe Média assalariada no período ditatorial. Em que medida foi alarmante a classe ter ascendido nesse período? Já que,

para a classe média, esse período consolida a internacionalização de seu padrão de renda e consumo em detrimento do restante da população. Ainda que a contenção salarial permanente seja pré-condição para tornar competitivos os manufaturados brasileiros, essa política não atinge os escalões médios e altos das grandes empresas manufatureiras e de serviços, cujos salários tendem a acompanhar as tendências globais do capital monopolista internacional. (SOUZA, 2018, p. 64)

O que vemos atualmente – principalmente diante do contexto político – é o pedido da volta do período ditatorial e das maravilhas realizadas com o “milagre econômico”, mas na realidade, boa parte desse discurso é proferido pelas camadas médias que se veem com medo de perder sua estabilidade, que foram conquistadas nessa época. Vale reforçar o que já foi colocado por Saes (1985) sobre o anticomunismo e a recusa da democracia, contanto que não exista a proletarização, como pautas das camadas médias tradicionais. Tendo em conta,

em síntese, a repartição assimétrica dos bônus do crescimento econômico combinada com políticas públicas mais voltadas aos setores sociais privilegiados resultou na década de 1970 numa difusão direcionada do padrão de consumo fordista para um seletivo e contido estrato social do país (classes média e rica), o que é compatível com a consolidação de uma economia cujo consumo de bens duráveis se dá por parte somente de um terço do conjunto da população (POCHMANN, 2015, p. 31).

Inclusive, a problemática perpassa ao cenário racista que também perdura e carrega consigo uma volta da criminalização da pobreza, uma moralidade conservadora e de muitos preconceitos, que muito se aproximam aos ideais fascistas e o ganho de forças da nova direita, após o cenário pós-golpe em 2016. Assunto esse, que será aprofundado no próximo capítulo.

Por fim, com a chegada do último ciclo é possível observar para além do aumento da linha de crédito e da desconcentração da base da pirâmide social e da queda dos custos dos bens de consumo dos anos 1990, que está ligado diretamente com o avanço neoliberal e sua política de flexibilização e terceirização da produção. É a partir desse momento, que é possível visualizar de fato o empobrecimento da classe média, já que Saes (1985) separa a classe média em parcelas internamente. Logo, a baixa camada média que já existia, passa a ser melhor observada aqui, pois consegue aumentar seu poder de compra e consumo, em comparação com a já consolidada classe média tradicional.

Desde os anos 2000 o entendimento de classe média mudou, especialmente com a chegada do governo Lula (2003 - 2011). Muitos setores já afirmam, a partir de pesquisas, como Neri (2008), que existe uma nova classe média brasileira e que esta é a antiga classe C. Desconsiderando importantes valores qualitativos para a caracterização da classe média e não tendo sua leitura a partir de um olhar marxista, desconsiderando a exploração a partir da venda e força de trabalho. Chauí (2016b) desconsidera tal hipótese, pautando-se em uma ideia de nova classe trabalhadora, no lugar de uma possível nova classe média, já que houve um avanço econômico para a classe trabalhadora.

Em verdade, por maior que seja o aumento do rendimento do pobre, a lógica de exploração burguesa continuará a imperar sobre a compra e venda de trabalho e isso também é válido para classe média, que apesar de fazer parte da classe trabalhadora não se identifica como ela. Pochmann (2015) ainda afirmar que “o conjunto da população foi somente favorecida ao que tange à mobilidade social. Ou seja, todos os segmentos se moveram simultaneamente, porém com velocidades muito distintas entre si, gerando maior desigualdade social” (p. 32-33).

CAPÍTULO 3 - O PROCESSO IDEOLÓGICO CONSTITUTIVO DA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA A PARTIR DO GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

É chegado o ano de 2003 e com ele o governo Lula, trazendo consigo mudanças no entendimento social. De acordo Chauí (2016b),

Estudos, pesquisas e análises mostram que houve uma mudança profunda na composição da sociedade brasileira, graças aos programas governamentais de transferência da renda, inclusão social e erradicação da pobreza, à política econômica de emprego e de elevação do salário mínimo, à recuperação de parte dos direitos sociais das classes populares (sobretudo relativos a alimentação, saúde, educação e moradia), à articulação entre esses programas e o princípio do desenvolvimento sustentável e aos primeiros passos de uma reforma agrária que permita às populações do campo não recorrer à migração forçada em direção aos centros urbanos. (p.16)

Tais ações estão muito vinculadas a classe trabalhadora, ocorrendo uma valorização do simbólico e do material, muito ligado ao aumento do consumo de bens duráveis, que estava ligado diretamente à queda dos custos desses bens a partir de 1990 e a ampliação do crédito e descentralização de renda da base da pirâmide (POCHMANN, 2015). Trago isso, pois os beneficiários e o resultado da valorização do simbólico recai sobre classe trabalhadora e na classe média enquanto subclasse desta, em cada uma de forma diferente.

No capítulo anterior, a classe média foi conceituada e com isso vimos, essa por vender sua força de trabalho se constitui como classe trabalhadora, porém não possui exatamente os mesmos objetivos, que em muito estariam alinhados ao caráter inicialmente revolucionário que a classe trabalhadora deveria possuir. A classe média constitui-se muito mais enquanto uma subclasse da classe trabalhadora, que se vê constantemente cooptada pela burguesia do que o restante dessa parcela.

Logo, em 2003, concomitantemente à chegada de novas medidas governamentais, instaura-se um debate da existência de uma “nova classe média” tendo em vista a expansão da classe C. Essa ideia é encampada pelo pesquisador Marcelo Neri (2008). Já Chauí (2016b) refuta a ideia dessa nova classe média, defendendo, então, o surgimento de uma nova classe trabalhadora, pois tem sua leitura de classe sociais a partir da sua constituição no modo de produção capitalista, em vez da leitura sociológica estadunidense que liga classe média à designação que envolve “os critérios de renda, escolaridade, profissão e consumo – a pirâmide das classes A, B, C, D e E –, e a célebre ideia de mobilidade social para descrever a passagem de um indivíduo de uma classe para outra” (p. 17).

A importância aqui não está, de fato, na existência ou não de uma possível nova classe média, pois é importante frisar que a classe média já existia e vinha se consolidando desde o governo JK no Brasil, dentro da classe trabalhadora da qual faz parte. Na verdade, o movimento existente de tensão entre a nova classe trabalhadora pautada por Chauí (2016b) mostra que a nova roupagem dada a essa parcela, causa incomodo na classe média tradicional, pois esta não se identifica como parte dos trabalhadores.

Então, a classe trabalhadora e a classe média; enquanto subclasse; ganham mais espaço e consolidam suas características específicas com a chegada do governo do PT, pois, de acordo com Singer (2012),

os governos Lula e Dilma, sustentados pelo subproletariado, buscam equilibrar as classes fundamentais — proletariado e capitalistas —, pois o seu sucesso depende de que nenhuma delas tenha força para impor os próprios desígnios: o reformismo forte, que ambiciona o aumento rápido da igualdade, impondo travas ao moinho satânico, ou o neoliberalismo, que tende a aumentar a desigualdade, impondo perdas aos trabalhadores (...) desmobilizando as classes, corresponde ao propósito de evitar a radicalização. Como fração de classe que não pode se auto-organizar, o subproletariado deposita no Estado, não na sociedade organizada, a esperança de sair da pobreza sem passar por turbulências que poriam em risco o processo de integração. (p. 116-117).

Singer (2012) atribui, principalmente ao período 2003 – 2011, mas também ao início do primeiro mandato da ex-presidenta Dilma, uma atuação caracterizada por um reformismo fraco, que ele conceitua como lulismo. Este é definido pelo autor como ações que visavam e reduziram a pobreza, mas sem afetar o capital financeiro. Singer (2012) defende que o lulismo não procura diminuir ou acabar com a desigualdade, pois isso não seria possível com a “expansão do mercado interno com integração do subproletariado ao proletariado via emprego (mesmo que precário), consumo e crédito, sem reformas anticapitalistas” (p. 116). O lulismo é marcado pela diminuição da pobreza e pela conciliação de classes,

apoiou-se na arbitragem das classes beneficiadas pela política do “ganha-ganha”: ganha o trabalhador que ingressa no mercado de trabalho, consome e melhora sua qualidade de vida, ganha a burguesia que lucra comercialmente e vê o arrefecimento das lutas de classe e ganha o capital financeiro, que mantém o seu quinhão no orçamento para receber os juros da dívida pública. (GUILHERME, 2017, p. 2)

Em uma relação na qual todos ganham, a classe trabalhadora; enquanto trabalhador manual em sua maioria; consegue adentrar espaços que antigamente pertenciam e eram frequentados apenas pela classe média. Isso se deu por meio do emprego (mesmo que precarizado), do acesso ao consumo, possível graças ao aquecimento da economia provocado

pelos benefícios de transferência de renda, e por meio de ações afirmativas como as cotas. Assim, a classe trabalhadora passa a frequentar espaços como as universidades ou os aeroportos.

A presença de consumidores populares em locais antes exclusivos, como aeroportos, diminui o status relativo de quem antes tinha neles exclusividade. No espaço público, a classe média tradicional brasileira começa a ser tratada como “igual”, e não gosta da experiência. O passado escravocrata do Brasil deu à classe dominante, e à classe média tradicional que nela se espelha, uma profunda ambivalência em relação ao trabalhador. De um lado, há o reconhecimento capitalista da necessidade do trabalho para a existência da acumulação; de outro, a percepção dos trabalhadores como “instrumentos de trabalho”, e não como seres humanos (SINGER, 2012, p. 119).

Talvez a designação de “nova classe trabalhadora” trazida por Chauí (2016a), exista justamente para mostrar que essa classe, a partir de 2003, passa a ter acesso a bens e lugares que antes, em sua maioria, não podiam ocupar. Essa passa a se sentir ameaçada, pois, segundo Chauí (2016b), se vê menos favorecida pelo governo do PT e ao tentar “manter padrões tradicionais de vida e consumo (a educação privada, os planos de saúde, o uso de empréstimos bancários para a aquisição de imóveis em condomínios e de veículos etc.)” (p. 20) sente-se ameaçada com a nova caracterização da classe trabalhadora.

Tais questões estão ligadas ao fato de que a classe média, além do seu passado escravocrata inicial, ainda almeja o estilo de vida da burguesia, apesar de não possuir os meios de produção que garantiriam isso, já que desde o período oligárquico – em sua caracterização tradicional – tinha um papel de “assumir um papel dirigente e prolongar a dominação de classe (...) fazer o papel de agente secundário da dominação” (SAES, 1985, p. 47). Logo, essa parcela populacional tem contribuição na movimentação e agitação para o golpe ocorrido em 2016, contra a ex-presidenta Dilma, tendo visto o descontentamento em se ver cada vez mais próxima da classe que nunca desejou estar.

O golpe de 2016, marca o que Miguel (2016) afirma ser “uma fratura irremediável no experimento democrático iniciado no Brasil em 1985” (p. 29).

Sua preparação levou anos, com o trabalho de deslegitimação dos governos eleitos, levado a cabo pela mídia, pelos institutos privados destinado à disputa ideológica e pelos movimentos pretensamente “espontâneos”, mas que, como já está comprovado, foram financiados e treinados por fundações estadunidenses. (MIGUEL, 2016, p. 31)

Com o golpe, Michel Temer chega ao poder e traz consigo retrocessos pautado pelo neoliberalismo e neoconservadorismo como “entrega do patrimônio público, avanço do fundamentalismo, retirada de direitos trabalhistas, criminalização do pensamento crítico, recuo da legislação ambiental, arbitrariedade escancarada da força policial, cortes nas políticas

sociais, tributação regressiva” (MIGUEL, 2016, p. 32). Abrindo margem para o fortalecimento da nova direita brasileira, que já vinha aparecendo desde os anos 1990 no Brasil (PLATT, 2003), mas viu no processo de golpe e deslegitimação do campo progressista, o seu momento para crescer.

Platt (2003) situa como “Nova Direita” o fenômeno que vem ocorrendo desde os anos 1970, em decorrência de um acordo político, entre neoliberais e neoconservadores. Seu propósito inicial é reavivar o capitalismo a partir de ajustes econômicos, culturais e sociais e, assim, agir como regulador nas vidas das pessoas em todos os espaços. O interessante dessa união são as diferenças existentes entre essas duas correntes em seus conceitos clássicos.

Neste estado de liberdade, o liberalismo entende que o ideal de progresso é imanente à condição humana; porém, este progresso é unilinear: primeiro pelo capitalismo ocidental, cujo ideal burguês entende o estado das coisas, a realidade, se movendo continuamente por meio da racionalidade, preenchendo, desta forma, a própria imperfeição – o hiato – que acomete tais coisas existentes e nossa compreensão sobre as mesmas. E, segundo, pelo ideal pietista que estabelece a fé e esperança na condição humana. Esta ideia religiosa de desenvolvimento atrela-se ao progresso uma vez que existe a fé e esperança (que acima mencionávamos), na perfectibilidade humana. Já os conservadores não se dispõem a teorizar sobre algo que não esteja estabelecido. Estes entendem que as coisas existem e todos devem se adequar a esta realidade: encaram o mundo justaposto a uma ordenação natural (PLATT, 2003, p. 4).

A Nova Direita se faz “vitoriosa” justamente por conseguir penetrar no íntimo, para além das relações sociais, agindo também na esfera individual e subjetiva (PLATT, 2003). Ela se mescla aos ideais societários, ancorados ao senso comum, pois tais ações não estão só ligadas ao padrão econômico, mas, também, aos comportamentos sociais e culturais dos sujeitos, sendo tal movimento proposital, já que este acordo político possui um espaço muito maior hegemonicamente do que ideais emancipatórios. “As vertentes liberal e conservadora são historicamente opostas (...). Entretanto, o modelo neoliberal, exige que seja mantida a ideia central do modelo conservador de tal forma que o controle das massas se dê de forma mais eficaz” (PLATT, 2003, p. 6). Então, o neoconservadorismo estaria mais ligado diretamente ao que diz respeito à vida privada; e o neoliberalismo, mais focado em questões econômicas.

Pereira (2013) afirma que a diferença da Nova Direita de outras concepções de direita já existentes é justamente porque “de duas ideologias conflitantes derivou uma nova prática política, econômica, social e cultural pautada pelo neoliberalismo econômico e o neoconservadorismo social e político” (pg. 101). Ainda segundo Platt (2003), a concepção conservadora, em suas características gerais,

(...) traz a ideia de uma atitude tradicionalista que se encorpa lógica e amalgamadamente no todo social, não apenas na dimensão política, mas enquanto pressuposto filosófico e emocional (...) o ideário conservador procura sistematizar as diferentes dimensões da vida social de tal forma que constrói por meio de pensamentos lógicos e coerentes as justificas para a manutenção dos tradicionalismos, das concepções míticas e dogmáticas. (p. 8).

Ainda segundo a autora, as ações do sujeito estariam atreladas diretamente com a razão coletiva. Este, então, agiria pensando no todo, se sacrificando pelo bem geral. Isso está ligado diretamente ao sentimento que está sendo cada vez mais propagado, que é o da solidariedade. Essa imposição é ótima para a Nova Direita, porque além de sanar as consciências pesadas dos sujeitos por meio da solidariedade e caridade, também desresponsabiliza o Estado de suas funções, pois tais ações estariam muito mais ligadas ao olhar assistencialista do que à lógica de asseguarção de direitos. Outro pensamento cada vez mais presente é o de “Ordem e Progresso”, lema positivista que estampa a bandeira nacional, mostrando a importância da ordem social para o alcance do progresso da nação, voltando a reforçar a ideia de sacrifício pelo bem comum.

É importante pontuar que o neoconservadorismo ganha forças nos anos 1980 e faz oposição direta ao modelo keynesiano, como os governos liberais também faziam, mas suas críticas ao modelo estavam ancoradas na lógica de dependência e passividade que o programa “gerava” aos pobres (PLATT, 2003). Isso porque as ações keynesianas trabalhavam na ótica de bem-estar social, possuindo uma maior intervenção estatal, como já explicitado no capítulo anterior. O confronto com o keynesianismo parte de uma visão meritocrática e higienista que ganha cada vez mais espaço na sociedade atual.

O neoliberalismo também se constituía como apoiador do fim do modelo keynesiano, pois, segundo Anderson (1995), aquela ideologia, como ideia inicial, teria por propósito combater o keynesianismo e preparar a sociedade para um capitalismo duro e livre de regras para o futuro. Este Estado então, seria visto como interventor mínimo, tendo como uma de suas principais funções a diminuição, ao máximo, dos gastos sociais. A ampliação do ideário neoliberal só foi possível a partir do declínio do modelo keynesiano, já que desde 1944, com a escrita de “Os caminhos da servidão” de Hayek, as ideias de bem estar social e intervenção do Estado foram colocadas à prova, pois, de acordo com este autor, tais ações seriam vistas como uma ameaça à liberdade dos cidadãos e da livre concorrência, influenciando diretamente o movimento de prosperidade (ANDERSON, 1995).

Hayek então estruturou um grupo de pessoas que dialogavam com suas ideias, criando a Sociedade de *Mont Pèlerin*. Esse grupo passa a ter influência sobre os governos que estavam por vir, como inicialmente o de Thatcher, na Inglaterra. Porém, Anderson (1995) salienta que a primeira influência bem sucedida do neoliberalismo, ocorreu no Chile, no período da ditadura Pinochet, iniciada em 1973, mas que na época, a interferência não se deu pelo campo austríaco de Hayek, e sim pela lógica norte-americana de Friedman. Isso se deve ao fato do governo dos Estados Unidos ter sido uma das peças principais para o desencadeamento, não só dessa ditadura, mas como de todas as outras que foram instauradas na América Latina. O neoliberalismo no Chile pressupunha então,

a abolição da democracia e a instalação de uma das mais cruéis ditaduras militares do pós-guerra. Mas a democracia em si mesma – como explicava incansavelmente Hayek – jamais havia sido um valor central do neoliberalismo. A liberdade e a democracia, explicava Hayek, podiam facilmente tornar-se incompatíveis, se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse (ANDERSON, 1995, p. 10).

O neoliberalismo no Chile, e posteriormente nos demais países latino-americanos, ganha um caráter mais cruel, atacando as individualidades e pondo em risco a democracia, já passando a dialogar mais claramente com os ideais neoconservadores. Anderson (1995) afirma que os governos social-democratas foram os que demonstraram mais resistência inicialmente, mas após um tempo, estes também se renderam e passaram a adotar tal política. O Brasil foi um dos grandes exemplos disso, apesar de ter experimentado um longo governo voltado para a classe trabalhadora, boa parte das ações neoliberais foram implantadas no decorrer desses anos. A burguesia brasileira manteve-se presente e foi incorporada ao projeto petista, de acordo com Miguel (2016, p. 30), “O capital financeiro manteve lucros crescentes. O dinheiro público cevou as grandes corporações, seja pelo investimento maciço em obras, seja por meio dos bancos estatais dedicados ao fortalecimento dos nossos capitalistas.”

A então classe hegemônica passa a instituir um pensamento que ultrapassa os jargões e medidas meritocráticas, ela de fato se alastra, aumentando seu poderio e influência social. Segundo Casimiro (2016),

a nova direita atua de forma institucionalizada no interior do Estado, reconfigurando sua estrutura dialeticamente como veículo e resultado do processo de atualização da dominação burguesa em sua expressão capital-imperialista. Exerce e cobra a coerção, assim como busca “educar” a sociedade para a construção/naturalização da sociabilidade do capital. Critica o Estado, ao mesmo tempo em que está visceralmente intrincada no mesmo, enquanto classe dominante. E a partir de sua relação íntima com o Estado (por dentro), aciona diversificadas estratégias de ação, para o aprofundamento das

formas de expropriação e rapinagem dos recursos e direitos sociais historicamente constituídos, no âmbito das lutas de classes. (p. 407- 408).

Logo, esse processo alienante causado pela ideologia da classe dominante, é orquestrado para acontecer propositalmente, buscando distanciar das classes a sua real visão como resultado da ação humana (CHAUÍ, 2016a). E com a atual agenda da Nova Direta, a classe média torna-se, então, um dos atores principais dessa reprodução de massa, sendo um dos grandes grupos apoiadores de Jair Bolsonaro, responsável pelo sucesso de sua campanha presidencial e sua chegada ao poder.

Toda essa movimentação da nova direita brasileira, para a eleição de Bolsonaro, não era um movimento exclusivo, na verdade é um movimento mundial. Solano (2019) afirma que,

No Brasil, Bolsonaro segue a trajetória de Donald Trump, Itália com Matteo Salvini ou Hungria com Viktor Orbán. Conseguir capturar a insatisfação causada pelas crises econômica e política nacionais, aqui exacerbadas pelos escândalos de corrupção, e transformar a insatisfação em potência eleitoral. Segundo a lógica de Bolsonaro, a culpa da situação atual em que se encontra Brasil é do sistema político no seu conjunto. (p. 11)

Aproveitando-se do descontentamento dos governos passados, o movimento passou a ser “não apenas antipetista mas antipartidário; não apenas antipartidário mas antissistêmico. O que efetivamente se pretende construir a partir daí não fica muito claro. É a política dos antagonismos. A rejeição de alteridades se tornou uma força eleitoral irresistível” (SOLANO, 2019, p. 11). O então presidente, passou a ser visto como uma figura possível para reconstruir o Brasil dos “danos causados” pelos governos passados, já que apesar de possuir uma carreira política de poucas realizações e permeada de alianças duvidosas, foi alçado ao lugar de candidato íntegro, diferente das outras opções. Solano (2019) afirma que “a solução deveria vir de fora do sistema. Diante de um cenário de percepção de aumento da corrupção política, valores como honestidade e ética apareciam como imprescindíveis no protótipo do político desejável.” (p. 13).

Outro ponto importante salientado por Solano (2019), é o antipartidarismo. Um dos grandes exemplos disso atualmente é o Movimento Brasil Livre (MBL). Tal movimento se apresenta como apartidário e em muito conseguiu inquietar a classe média para a luta política antagônica de classes. Todavia, o que os seguidores do MBL muitas vezes não percebem é a defesa irrestrita dos valores liberais. O Movimento Brasil Livre, assim como outros movimentos liberais que se colocam como nova fase da direita no Brasil, como o Estudantes pela Liberdade (EPL), por exemplo, são financiados e estabelecem diretrizes com grandes grupos empresariais (CASIMIRO, 2018), indo totalmente contra a lógica apartidária.

Então, para além do antipetismo já citado, o antipartidarismo teve papel primordial nas últimas eleições, pois “alcançou de forma contundente legendas políticas tradicionais como PSDB ou MDB, e é crucial para entender a migração de voto desses grupos para a candidatura de Bolsonaro” (SOLANO, 2019 p.15). Bolsonaro então, foi tratado como representante do “novo”, o que autora cita como rejeição ao velho, a classe média ancorou-se nesse fato para apoiar o candidato e também levou em consideração a meritocracia, que é uma das características mais marcantes dessa parcela.

De acordo com Saes (2005), o culto à meritocracia é uma ideologia que dá cobertura ao verdadeiro interesse de classe dessa parcela. O autor afirma que a relevância está na “na promoção da valorização econômica e social dos trabalhadores não-manuais relativamente aos trabalhadores manuais; promoção essa que não está garantida de modo permanente, definitivo e estável pelo mero fenômeno da divisão capitalista do trabalho” (p. 105). Saes (2005) pontua que a ligação com a meritocracia da classe média está ligada justamente ao fato de que essas pessoas precisam provar para a sociedade capitalista que “ocupam esses lugares por terem provado - na vida escolar, em provas, em concursos etc. – que são os mais competentes para tanto” (p.105).

Solano (2019) aponta que, além da meritocracia, o hiperindividualismo mostra-se presente no discurso que em muito chamou atenção dessa parcela. Sendo então colocado uma ideia de que “a política é desprezível, o caminho é o esforço pessoal. É a lógica da negação do coletivismo em prol do esforço individual” (p. 16). Solano (2019) também afirma que o anticomunismo foi uma das grandes estratégias na propaganda eleitoral e que apesar de não representar um medo real, o anticomunismo serve para assustar aqueles que tanto defendem sua propriedade, mas que, diferentemente da burguesia não possuem muito, tendo um medo intenso de perde-la.

Marx (2017) afirma que “a propriedade privada, como antítese da propriedade social, coletiva, só existe onde os meios e as condições externas do trabalho pertencem a pessoas privadas” (p. 830) visto que,

A propriedade privada constituída por meio do trabalho próprio, fundada, por assim dizer, na fusão do indivíduo trabalhador isolado, independente, com suas condições de trabalho, cede lugar à propriedade privada capitalista, que repousa na exploração de trabalho alheio, mas formalmente livre. (p. 831)

A direita se utiliza de um discurso para sustentar a ideia da tomada de poder pelo comunismo, divulgando, pelo senso comum, a ideia de que, caso isso ocorra, os indivíduos

serão obrigados a dividir seus alimentos, seus carros e seus celulares, por exemplo, mas a ideia de propriedade privada é diferente de propriedade pessoal e de bens de consumo. Logo, com o incentivo de tais ideias pela classe hegemônica, a classe média é colocada no lugar perfeito para alimentar o movimento que vai contra a esquerda, pois “o anti-igualitarismo, e, muitas vezes, o ataque expresso e direto aos mais pobres, formam parte da construção da lógica antipetista” (p. 16), e agora a lógica comunista, já que foi assim que o partido dos trabalhadores foi colocado, apesar da sua corrente social-democrata. Une-se a isso o medo da perda de valores, que está ancorado diretamente ao neoconservadorismo. Solano (2019) afirma que os valores morais foram reafirmados e a esquerda e o campo progressista foram atacados, pois constituíam-se como ameaças a família tradicional brasileira, por exemplo.

Logo, o discurso de ódio de classes, que se consolida na classe média tradicional é um dos grandes fatores para movimentar os atuais acontecimentos, pois

o discurso de ódio sobre minorias, movimentos sociais e sindicatos, a perseguição a professores e à liberdade de cátedra, o ataque a concepções progressistas, o repúdio ao bem público e a exaltação exacerbada do mercado têm sido algumas das manifestações dessa espécie de “refluxo” reacionário. (CASIMIRO, 2018, p. 26)

A classe média, então, aprofunda-se nessa onda reacionária, que também é totalmente acrítica, mas é difícil conseguir pensamento crítico em uma parcela populacional que anda na direção contrária. Saes (2005) pontua que a classe média se coloca no lugar de apoiadora da universalização das escolas, porém, esse apoio só existe com o intuito de se manter superior aos usuários da escola pública, pois essa, em tese, teria uma qualidade inferior às escolas particulares frequentadas pelos seus filhos.

Enquanto Cattani e Kieling (2017) afirmam que parte das classes dominantes no Brasil não buscam um alto padrão escolar para seus filhos, pois acreditam que o seu poder já está consolidado o suficiente e que elas não precisam “de recursos simbólicos propiciados pela educação formal” (p. 184), os autores ainda ratificam que a obtenção dos títulos só tem o intuito de legitimar as posições que já estão garantidas nas empresas dos pais e familiares. Evidentemente isso não ocorre em toda a classe dominante, pois ela é heterogênea. Apesar de existir uma diferença entre a busca de recursos símbolos formais, que mostra exatamente o poder que exerce a hegemonia socialmente e a importância desses símbolos, a classe média não busca a educação pelo conhecimento em si, ela busca pelo poder e para se manter acima da classe trabalhadora.

Assim, é possível perceber o papel que a classe média exerce como uma parcela que prolonga a dominação da burguesia, como afirma Saes (1985). Esse grupo então, está

totalmente imersa em uma lógica que a torna mais próxima da burguesia, na qual falta um caráter revolucionário e de consciência de classe por parte e isso trouxe um movimento incessante de emparelhamento com a burguesia – apesar de impossível – resultando em grandes sequelas para a sociabilidade brasileira.

Obviamente, esse processo não é consciente; muito longe disso. Certamente esse papel é atribuído muito facilmente à burguesia e a sua ideologia; mas o passado escravocrata e o presente meritocrático e individualista da classe média tem sim um significativo peso nas decisões tomadas ou, pelo menos, na grande propagação do senso comum e do ódio à classe trabalhadora e qualquer ação que a beneficie. A urgência e importância em dialogar com a classe média, não está ligada à tentativa de pôr um fim no capitalismo ou a chegada do comunismo, como muito é pregado pela nova direita. A necessidade do diálogo está amarrada à ideia de desenhar um espaço e conseguir criar uma movimentação minimamente progressista nesse momento atual de retrocessos e ataque aos direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma análise do objeto desta pesquisa foi realizada, considerando sua totalidade complexa, em que as classes sociais são vistas e estão inseridas em um processo político, econômico, social e histórico, ligada diretamente com o nascimento e a delimitação dos primórdios do capitalismo, para que fosse possível entender a reprodução da classe média – em específico – diante desse sistema.

A ideia era mostrar que a classe média tem um papel fundamental no modo de produção, pois constitui-se enquanto subclasse da classe trabalhadora e que assim, possui objetivos diferenciados mas que também é explorada pela burguesia, como o macro da classe trabalhadora, sendo constituídos pelos trabalhadores manuais (SAES, 1985). Por meio da bibliografia utilizada, tentou-se alcançar o objetivo geral e os três objetivos específicos traçados. O primeiro objetivo específico era explorar os movimentos que originaram e estabeleceram a classe média brasileira. Foi possível observar que a ideia que temos hoje dessa parcela, surge conjuntamente com as outras classes, delimita-se desde o período imperial e ganha forças no período ditatorial e atual.

A ações da classe média está ligada diretamente às ações realizadas e sofridas por indígenas e pelo povo negro no início da história do País. Isso serviu de norte para as ações observadas atualmente, já que, infelizmente, esta parcela esteve ligada diretamente ao cerceamento da liberdade e a não mobilidade desses outros grupos na sociedade burguesa. A população branca se recusou por muito tempo a ter que pagar pelo trabalho daqueles que antes eram explorados: não era só a burguesia que estava ali como população branca; a classe média também se encontrava, pois esta já possuía certa influência, já que alguns de seus membros se constituíam como comerciantes, por exemplo.

Além de comerciantes, uma parcela da classe média formou-se por trabalhadores de outras nacionalidades, que chegaram aqui por intermédio do Estado e passaram a competir com a população negra pelas vagas de trabalho menos degradantes (FERNANDES, 2008). Essa nova parcela, tinha duas grandes características desejadas para a formação social - racista - do povo brasileiro: sua raça e sua nacionalidade. Estes não eram negros e logo já tinham vantagem inicial, pois essa população subalternizada até pouco tempo era colocada em uma posição de seres sem alma. Logo, a população branca seria muito mais “digna” para desempenhar tais ocupações. E o fato de serem estrangeiros, era o fator que inicialmente tinha feito eles chegarem

até aqui, mostrando a valorização de qualquer ideia que ultrapassava os limites do País, da ideia do nativo como um todo.

Sua origem ligada à escravidão e a exploração, principalmente do povo negro, trouxe para a classe média um caráter desumanizado, que foi importante para suas atuações futuras. Pois, conforme afirma Mbembe (2014) com o fortalecimento do neoliberalismo, o tratamento que antes era voltado somente à população negra, passa a ser dirigido para os trabalhadores como um todo. Portanto, a classe média continuou a desenvolver um papel antigo, que já desempenhava desde o Brasil oligárquico, que era de prolongamento da dominação de classe estabelecida pela burguesia fazendo “o papel de agente secundário da dominação” (SAES, 1985, p. 47), principalmente em momentos importantes como a Revolução de 30, período de industrialização tardia do Brasil, e no período ditatorial, sendo uma parcela altamente participativa para que tal situação vingasse.

O segundo objetivo específico era identificar os fatores que influenciam a não identificação de trabalhadores com a classe trabalhadora. Tal objetivo foi alcançado no início da pesquisa, quando foi apresentado que o crescimento da reverberação da ideia de classe média partia de uma não identificação com os trabalhadores e da busca por uma elevação de *status*. Durante o percurso da pesquisa foi percebido que os objetivos de identificação da classe trabalhadora e da classe média enquanto subclasse, se diferenciam apesar de possuírem a venda da força de trabalho como ponto central.

A classe média, como visto, busca ao máximo se igualar a burguesia, apesar da falta do meio de produções. Esse movimento, de busca pela burguesia e distanciamento da classe trabalhadora, explica muitas das ações que ocorrem atualmente e se liga ao terceiro e último objetivo específico, que era entender como o termo classe média, no contexto brasileiro, ultrapassou sua concepção econômica para se tornar definição de um grupo social com características morais, culturais, simbólicas, e comportamentais próprias.

Superando a lógica econômica colocada para classe média, que em tanto é entendida como uma faixa de renda, observar seu estabelecimento como um grupo social reconhecido e em muito almejado, mostra o desenvolvimento e consolidação de suas características perante o cenário capitalista. Antecedendo até mesmo a instauração do trabalho livre no Brasil, passando pela sua influência na Revolução de 30 e pelo fortalecimento no período ditatorial, a classe média vem melhor se delimitando, desde então, e levando consigo toda essa bagagem histórica e se estabelecendo como grupo.

Do início escravocrata, que infelizmente nunca se esgotou, da importância desta parcela no momento de industrialização e diretamente no consumo brasileiro, ao medo da perda de seus privilégios ligados aos bens de consumo, a classe média tradicional continuou com seu papel de agente da dominação da burguesia durante todos esses momentos. Essa dominação perpassa o ódio à pobreza e ao pobre, o racismo, a LBGTQ+fobia, o machismo e outras opressões e violências. A burguesia, então, usa a classe média para alastrar e fortalecer sua hegemonia, marcada pelo discurso de ódio.

Assim, a meritocracia se faz muito presente, conjuntamente ao hiperindividualismo, determinado seu discurso pela lógica do esforço pessoal (SOLANO, 2019), sendo então “uma lógica da negação do coletivismo em prol do esforço individual” (p. 16). Outra pauta definida atualmente, é o anticomunismo, que já foi pauta desta mesma classe no período ditatorial (SAES, 1985). A defesa do anticomunismo; que nada mais é que o medo da perda da propriedade; também se une com a ideia de antipartidarismo. A classe média, então, busca se manter neutra nesse processo, mas na verdade essa “neutralidade” é uma cortina de fumaça para esconder toda a pauta preconceituosa que carrega com a defesa dos símbolos que defendem, sendo Jair Bolsonaro, e suas ações atuais um dos resultantes disso.

Finaliza-se esta pesquisa, alcançando o que foi proposto em seu início, confirmando a hipótese inicial, mas salientando que não foi possível abarcar tudo que o assunto demandava. Ainda assim, foi o suficiente para perceber que, a classe média nasce enquanto uma espécie de subclasse; que segundo Lukács (2003) está ligada diretamente ao desenvolvimento histórico e aos vestígios de uma sociedade dividida em estamentos e castas; da classe trabalhadora, já que essa parcela ainda vende sua força de trabalho e assim, é explorada pelo capital. Tal entendimento, faz-se necessário para sejam estabelecidas novas conexões junto a essa parcela, a fim de arquitetar uma realidade pautada no atendimento a necessidades básicas ao invés da lucratividade. Deve-se tentar minimamente lidar com as diferenças existente, focando no fator que perpassa os trabalhadores manuais e não manuais, que é a exploração. Respeitando os limites históricos e sociais imposto pela heterogeneidade dessa classe, mas nunca se deixando esquecer da verdadeira detentora do poder, a burguesia e sua hegemonia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANTUNES, Ricardo (Org). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo, 2014. 464p.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. São Paulo, Cortez, 2011.

BOITO JUNIOR, Armando. Estado, política e classes sociais. São Paulo, Editora da Unesp, 2007. v. 1. 271p

CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial – São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia – 2.ed. – São Paulo, Brasiliense, 2008. – (Coleção primeiros passos)

_____. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 42, n. 1, p. 245-257, jan./mar. 2016a

_____. “A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do Conservadorismo”. Por que gritamos golpe? [recurso eletrônico] : para entender o impeachment e a crise política no Brasil. In Jinkings, Ivana (org.). 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016b, p.16-21.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. A Nova Direita no Brasil: aparelhos de ação político-ideológica e atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-2014). 2016. 479 f.

_____. “As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo”. In: Solano, Esther (org.). O ódio como política [recurso eletrônico]. 1ed.São Paulo: Boitempo, 2018, p. 26-28.

CATTANI, Antonio D., KIELING, Francisco dos Santos. Escolarização das classes abastadas. Sociologias, Porto Alegre, ano 9, no 18, jun./dez. 2007, p. 170-187.

ENGEL, Friedrich. Princípios básicos do comunismo. Portugal, Editorial “Avante!”, 1982.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes: (o legado da “raça negra”) – volume 1 – 5.ed. – São Paulo: O Globo, 2008.

GUILHERME, Cássio Augusto S. A. De Dilma a Temer: da crise do lulismo ao golpe do pemedebismo. In: XXIX Simpósio Nacional de História - ANPUH, 2017, Brasília. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia, 2017.

LIPIETZ, Alain. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. In: Ensaios FEE. Porto Alegre, v. 10, n.2, 1989 (p. 303-335).

LUKÁCS, György. História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital – 2 ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. A ideologia alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846) – São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. Manifesto do partido comunista/ Karl Marx/c/ Friedrich Engels. Porto Alegre, L&PM, 2001.

MARINI, Rui Mauro. Dialética da Dependência. Editora Era, México, 1990, 10a edição (1. edição, 1973). O post-scriptum conforme: *Revista Latinoamericana de Ciências Sociais*, Flacso, (Santiago de Chile), n° 5, junho 1973. Versão digitalizada conforme publicado em "Ruy Mauro Marini: Vida e Obra", Editora Expressão Popular, 2005. Orgs. Roberta Traspadini e João Pedro Stedile.

MBEMBE, Achille. Crítica da Razão Negra – Portugal, Antígona, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. “A democracia na encruzilhada”. Por que gritamos golpe? [recurso eletrônico] : para entender o impeachment e a crise política no Brasil. In Jinkings, Ivana (org.). 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016, p.29-33.

NERI, Marcelo. C. A nova classe média. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2008.

PEREIRA, Camila Potyara. Proteção social no capitalismo : contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes. 2013. UNB

PLATT, A. D. As Políticas da Nova Direita: Políticas Sociais Inclusivas e Políticas Econômicas Excludentes. In: Seminário Nacional: Estado e Políticas Sociais no Brasil, 2003, Cascavel, 2003.

POCHMANN, Marcio. O mito da grande classe média [recurso eletrônico] : capitalismo e estrutura social. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2015.

POULANTZAS, N. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

SAES, D. Classe média e políticas de classe (uma nota teórica). *Contraponto*, n.2, 1978.

_____. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

_____. Classe média e escola capitalista. *Crítica Marxista*, n.21, 2005.

SALATA, André Ricardo. A classe média brasileira: posição social e identidade de classe [recurso eletrônico] – 1.ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOLANO, E. “La Bolsonaroización de Brasil”. In: Documentos de Trabajo IELAT – N° 121, Abril, 2019.

SOUZA, Jessé. A classe média no espelho [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.